

# Complexo Cafeeiro e Estrutura Financeira: Uma Observação sobre a Economia da Zona da Mata de Minas Gerais (1889/1930)\*

*Coffee Complex and Financial Structure: An Observation about the Economy of the Region of the Mata of Minas Gerais (1889/1930)*

**Anderson Pires\*\***

*Artigo recebido e aprovado em março de 2008*

## Resumo:

Este trabalho procura demonstrar a existência de uma estrutura financeira própria na economia agroexportadora que se desenvolveu na Zona da Mata de Minas a partir de meados do século XIX. Através da caracterização dos componentes gerais, funcionamento e comportamento do mercado de capitais radicado no principal núcleo urbano desta economia, o município de Juiz de Fora, a análise destaca o potencial de internalização dos fluxos de recursos financeiros que implicou o funcionamento deste mercado, além dos condicionantes originados pelas características físicas e organização social da produção cafeeira, aqui considerados como uma expressão dos “efeitos de encadeamento financeiros” desenvolvidos por esta economia.

## Palavras-chave:

História Financeira e Bancária; Economia Cafeeira; Zona da Mata de Minas Gerais.

\* Texto apresentado no VI Congresso Brasileiro de História Econômica e 7ª Conferência Internacional de História das Empresas, ABPHE, Conservatória, Setembro de 2005.

\*\* Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP).

**Abstract:**

This work search to demonstrate the existence of an own financial structure in the agrarian export economy that grew in the region of the Mata of Minas Gerais starting from middle of the century XIX. Through the characterization of the general components, operation and behavior of the capital market rooted in the main urban nucleus of this economy, the municipal district of Juiz de Fora, the analysis detaches the potential of internalization of the flows of financial resources that implicated the operation of this market, besides the conditioning factors originated by the physical characteristics and social organization of the coffee production, here considered as an expression of the "financial linkage effects" developed by this economy.

**Keywords:**

Financial and Banking History; Coffee Economy; Region of the Mata de Minas Gerais.

A consideração da realidade da economia da zona da Mata mineira e suas transformações estruturais em seu período marcado pelo predomínio da atividade agrícola de exportação impõe uma análise em que tentaremos sintetizar, no espaço mais breve possível, alguns dos elementos que julgamos mais importantes, esclarecidos muito mais como ponto de partida para futuras pesquisas do que propriamente pretendendo encerrar a discussão de aspectos por si só controversos e, assim, marcados por distintas interpretações presentes em trabalhos relativos à historiografia sobre o tema ou a região.

Constituindo-se em um espaço social e econômico que só recentemente vem sendo objeto de estudos sistemáticos, com base em fontes cuja natureza e estrutura permitem uma aproximação muito maior com a realidade empírica a ser investigada, a região da zona da Mata tem demonstrado uma relevância histórica bastante significativa, seja pela diversidade de sua dinâmica social e econômica ou pelas particularidades que contém, principalmente quando inserido no quadro de estudos regionais que, explicitamente ou não, tem assumido algumas interpretações mais recentes na historiografia.

Se sua base de exportação permite sua inserção no quadro geral das economias de feições agroexportadoras que se desenvolveram no país, o contexto político-administrativo e o espaço econômico em que se estruturou configuraram-lhe uma natureza interiorana que vai condicionar boa parte de suas especificidades, aqui entendidas, de início, por assimetrias diversas decorrentes da ausência de uma estrutura de comercialização externa em seu espaço próprio. Além disso, o quadro

geral de sua articulação com o próprio universo político do estado de Minas, permeado não menos por contradições e assimetrias quando visto na sua evolução geral, também lhe impôs sérios condicionantes em seu processo próprio de evolução estrutural. Marcada por ser uma das regiões mais ricas e economicamente dinâmicas de Minas Gerais, no período aqui em questão, os limites espaciais em que se desenvolveu a produção agroexportadora da Mata desta significativamente, quando comparada à vastidão do estado, de seu potencial econômico e os impactos e disseminação da produção cafeeira estiveram longe de constituir uma base homogênea a caracterizar o conjunto da “unidade” de Minas, contrariamente a outros centros de produção.

Ora, em ambos os casos temos a formação de vetores que, em grande parte, vão impor ao espaço econômico em questão uma posição periférica implícita em qualquer análise que tenha na própria zona da Mata seu objeto principal. Em outras palavras, a *ausência de um núcleo comercial de exportação* e o *deslocamento definitivo da estrutura do poder político estadual*, com todas as conseqüências que poderiam trazer, selaram os limites no interior dos quais esta economia iria se organizar e desenvolver.

É importante perceber que boa parte da bibliografia referente à cidade e região terá neste cenário o ponto de referência fundamental de suas interpretações. Marcadas por secundar conclusões relativas ao contexto do conjunto da província e futuro estado (assumido como uma entidade constituída equivocadamente de uma homogeneidade sócio-econômica interna), tais interpretações têm em comum o fato de reduzir a economia da Mata à sua natureza periférica. Assim, esta economia seria uma espécie de estrutura amorfa e inativa, destituída de contornos e condições que lhe imprimissem uma delimitação enquanto espaço regional e econômico próprio, no interior do qual teria se verificado as condições suficientes de um importante processo de acumulação de capital e da efetivação da transição capitalista que teria marcado outras regiões de produção agrária de exportação no país<sup>1</sup>. A consideração desta estrutura como uma *economia de enclave*<sup>2</sup> é emblemática neste sentido, porque, para além da sua completa ausência de conteúdo e da desconsideração de importantes regiões para a for-

1 LIMA, J. H. *Café e Indústria em Minas Gerais – 1870/1920*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981. CANO, W. Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras. *Revista Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP. 15(2): 291-306, mai-ago. 1985.

2 MARTINS, R. *A Economia Escravista em Minas Gerais no Século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982. p. 39 (grifo nosso). MARTINS, R. e MARTINS, A. Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited. *Hispanic American Historical Review*, 63 (3), 537-568. 1983.

mação histórica de Minas, não tem se colocado como um ponto de vista propriamente estimulante para futuros estudos sobre a região.

É certo que esta historiografia deu suas contribuições para o universo histórico regional. No entanto, uma visão mais apurada tem revelado o quanto estas mesmas interpretações têm se distanciado da realidade histórica do município e região. Partindo de um ponto de vista que integra, *a priori*, o universo interno das categorias e estruturas que caracterizam Juiz de Fora e região ao seu arsenal explicativo, outra tem sido a percepção de sua natureza histórica e seus padrões de crescimento, ritmo, dinâmicas social e econômica têm revelado uma experiência de desenvolvimento econômico relativamente singular quando confrontada com aquela de outros centros de produção agro-exportadores existentes no país no mesmo período.

Em primeiro lugar, seu ciclo básico de produção cafeeira ocorreu dentro dos marcos cronológicos deste trabalho, dotando o núcleo agroexportador desta economia de uma dinâmica suficiente para gerar inúmeros efeitos de encadeamento<sup>3</sup> cuja efetivação acabou por constituir-lhe uma diversificação setorial digna de qualquer “complexo agroexportador cafeeiro” que tenha surgido no período, desde que saíamos de modelos que se pretendam tipificadores do conjunto da realidade brasileira<sup>4</sup>. A constituição de uma rede de transportes a partir de meados do século XIX, neste sentido, é significativa: eminentemente vinculada à forma de expansão do cultivo da rubiácea, envolveu agentes econômicos, iniciativas empresariais e (em sua grande maioria) recursos locais, gerados na própria produção cafeeira; dentre seus inúmeros impactos deve ser destacada a integração efetiva do espaço regional à economia de exportação, permitindo a disseminação do cultivo e um amplo crescimento da produção, que acabará colocando a Mata como uma das principais regiões de produção cafeeira do país; além disso, possibilitou a consolidação de um centro urbano de referência e de uma hierarquia de cidades que lhe era imanente e que aos poucos foi se delineando na região. A consolidação de uma capital regional e entreposto urbano deve ser entendida como o aspecto central na constituição de qualquer complexo regional porque representa todo o potencial de internalização de investimentos e de fluxos de recursos financeiros gerados na economia da cidade e região, se colocando como ponto

3 HIRSCHMAN, A. Desenvolvimento por Efeitos em Cadeia: Uma Abordagem Generalizada. In: SORJ, B., CARDOSO, F.H. e FONT, M. *Economia e Movimentos Sociais na América Latina*. Brasiliense, São Paulo, 1985. CARDENAS, H., OCAMPO, J.A. and THORPE, R. *The Export Age: The Latin American Economies in the Late Nineteenth and Early Twentieth Centuries*. Palgrave, New York. 2000

4 CANO, W. *Raízes da Concentração Industrial de São Paulo*. Difel, São Paulo, 1977.

de articulação e espaço privilegiado do desenvolvimento de atividades tipicamente associadas ao movimento de reprodução e à expansão capitalista da economia.

Desta forma, também seria digno de nota a emergência de um segmento financeiro-bancário como parte dos efeitos de encadeamento gerados pela produção cafeeira (com destaque para o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, fundado em 1889). Para além do impacto imediato da constituição de um aparelho bancário em qualquer economia, representou uma nítida expansão das formas de acumulação do capital agrário da região, envolvendo, como no caso dos transportes, iniciativas e recursos gerados na própria produção cafeeira<sup>5</sup>. Além disso, em se tratando da dimensão financeira da economia, manteve importância estratégica nos fluxos de recursos inter-espaciais que marca a economia da Mata. Sua estruturação implicou na ruptura de um importante canal de afluência de excedente gerado na economia local para o Rio de Janeiro, ao qual a região tinha até então se inserido como área de financiamento principal; por sua própria natureza institucional constituiu um importante instrumento de captação e retenção de recursos gerados no espaço desta economia e, pelas articulações que manteve como instrumento de crédito do setor produtivo, atuou bem próximo dos “motores de crédito”<sup>6</sup> que alguns bancos regionais chegaram a desempenhar em outras experiências de diversificação urbana e industrial<sup>7</sup>. As condições principais para internalização dos movimentos de captação, retenção e inversão de excedente no espaço econômico do complexo regional estavam criadas, sendo elas próprias importantes componentes de sua definição enquanto tal.

Deve ser lembrado que o núcleo deste sistema bancário coincidiu com o centro urbano de referência da região, consolidando e

5 PIRES, Anderson. *Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930*. Niterói: 1993. Dissertação de Mestrado. UFF. Capítulo 3.

6 PIRES, A. *Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais (1889/1930)*. São Paulo: 2004. Tese de Doutorado. USP. p. 219

7 COTTRELL, P. *Industrial Finance, 1830-1914*. Methuen: Gregg Revivals, 1993. p. 13-16; HANLEY, A.G. (1995). *Capital Markets in the Coffee Economy: financial institutions and economic change in São Paulo, Brazil, 1840-1905*. Op. cit. p. 73; POWELL, E. (1966). *The Evolution of the Money Market, 1385-1915*. Frank Cass and Co. Ltd., London, p. 117-24, pp. 285-86; 122. NEAL, L. (1997). *The Finance of Business during Industrial Revolution*. In: FLOUD, R. and McCLOSKEY, D.N. *The Economic History of Britain since 1700*. Cambridge University Press. 1997. Vol. 1, p. 168

contribuindo com sua função de pólo articulador de recursos desta economia. Neste sentido, são merecedores de destaque, dentro do desempenho do Banco de Crédito Real, o comportamento e o ritmo de crescimento da rubrica depósitos<sup>8</sup>, em especial se tivermos em mente sua capacidade de reunir recursos disseminados pela região através da expansão de sua rede de agências não só pela Mata, mas também de outras regiões de Minas. Também é importante lembrar que a abertura de agências muitas vezes esteve envolvida como contrapartida do Banco aos inúmeros acordos realizados com o governo do estado e sua consequência foi um importante movimento de expansão de crédito para distintos setores de produção (agrários e urbanos) disseminados pelo interior da região da zona da Mata mineira.

É sob este universo das relações do Banco com o estado de Minas que se percebe a importância do surgimento do sistema bancário local como uma das formas em que concretizou também os efeitos de encadeamento fiscais na região. Parte integrante importante das assimetrias acima consideradas, o fluxo de recursos obtidos pelo estado com a estrutura tributária que incidia sobre o café envolvia um volume bastante significativo<sup>9</sup>, dada a feição regional extremamente desigual de Minas no período, era inevitável o deslocamento entre o espaço principal de captação e aqueles de destino destes mesmos recursos<sup>10</sup>.

No entanto, esta constituição bastante singular dos efeitos de encadeamentos fiscais para a região, pelo contraste, só corrobora a idéia de estruturação de um complexo agroexportador regional na zona da Mata. A estreita relação mantida entre o próprio estado e o aparelho institucional de crédito representado pelo Banco possibilitou que os recursos obtidos predominantemente na economia regional (mas catalisados e reunidos fora de seu espaço econômico) pudessem retornar para a própria economia local, ao menos a aquela parcela dedicada à concessão de crédito para a lavoura cafeeira, fosse de curto ou longo prazo, envolvido ou não com os planos de valorização que caracterizam o período.

8 PIRES, A. (2004). Op. cit. Tabela 47.

9 “Se bem que tenha caído ao longo da década (...), é fundamental a participação do imposto de exportação na receita do governo do Estado de Minas nos anos 20. Chega, na primeira metade da década, a corresponder à metade do total da arrecadação pública. Neste período em torno de 70% desse imposto é pago pelo café (...). Se agregássemos a esse tributo as outras arrecadações que incidem sobre o café (...), constataríamos que, sem dúvida, a maior fonte de receita do governo do Estado nessa época era constituída pelo café, a ponto de se afirmar que a situação do orçamento estadual era extremamente dependente do ciclo cafeeiro.” COSTA, F.N. (1978). *Bancos em Minas Gerais*. Campinas: 1978. Dissertação de Mestrado. UNICAMP. 2 vol. p. 71.

10 MIRANDA, S. *Cidade, Capitale e Poder*. Niterói: 1999. Dissertação de Mestrado, UFF, p. 137

Quando se pensa na capacidade do Banco em reunir recursos (públicos e privados) que foram disponibilizados para suprir demandas financeiras específicas, determinadas pela forma de organização da produção de agroexportação e sua natureza essencialmente endógena do ponto de vista regional, percebemos a importância da confluência dos efeitos de encadeamento fiscais e aqueles de natureza financeira a caracterizar a estrutura de financiamento de Juiz de Fora e região. A partir dela consolida-se um circuito financeiro em que oferta, demanda e transações de recursos e valores no tempo vão se efetivar no mesmo espaço econômico, denotando a existência de um mercado financeiro<sup>11</sup> no interior do *complexo agroexportador de Minas*, questão à qual retomaremos ainda nesta análise.

Mas a dinâmica do núcleo agroexportador também tornou possível a transformação das relações sociais que caracterizavam a estrutura de produção desta economia, envolvendo arranjos que resultaram numa gama relativamente diferenciada de relações sociais de produção tipificadas pela articulação da força de trabalho em níveis variados com o mercado. Mesmo assim, estas novas relações sociais vão permitir que uma parcela relativamente importante da renda gerada pelas exportações (aquela destinada à reprodução da força de trabalho) se transformasse em recursos monetários disponíveis para consumo<sup>12</sup>.

11 “Os mercados de crédito ocupam um lugar destacado na história econômica uma vez que os especialistas estão plenamente convencidos de que os fluxos de empréstimos são controlados por instituições específicas que reduzem os problemas de informação assimétrica. Em outras palavras, as relações de crédito dependem de instituições que ajudam tomadores e provedores de recursos a conhecerem mais um sobre os outros. (...) Mas antes de discutir os mercados financeiros em particular, pode-se perguntar o que constitui um mercado. Nós definimos um mercado como qualquer sistema organizado de troca, seja centralizado ou descentralizado, formal ou informal. Um mercado pode alocar recursos baseado em preços, informações ou em uma combinação de ambos. Ele pode ser imperfeito no sentido de que os custos de transação (a diferença entre o que um comprador paga e um vendedor recebe) podem ser expressivos. Uma relação destes custos de transação pode ser longa; mas no que se refere ao crédito ela inclui não apenas taxas para a realização de empréstimos e contratos, mas também impostos, custos para se encontrar um provedor disponível ou as perdas decorrentes da insolvência dos devedores (...)”. HOFFMAN, P. T., POSTEL-VINAY, G. and ROSENTHAL, J.-L. *Priceless Markets: the political economy of credit in Paris, 1660-1870*. University of Chicago Press, 2000. p. 11-12. ROSENTHAL, J.-L. Rural Credit Markets and Aggregate Shocks. *Journal of Economic History*, 1994 Vol. 54, n. 2., jun. , p. 288. O leitor encontrará uma boa análise da evolução do conceito de mercado na literatura em SWEDBERG, R. Markets as Social Structures. In: SMELSER, N. J. and SWEDBERG, R. *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton University Press, 1994. pp. 255-283.

12 PIRES, (1993). Op. cit. Capítulo 3. SARAIVA, L.F. *Um Correr de Casas, Antigas Senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre em Juiz de Fora – 1870/1900*. Niterói: Dissertação de Mestrado, UFF.

Desta forma, os efeitos de encadeamento de consumo, um dos principais vetores da transformação urbano-industrial na economia aqui em consideração, ganharam uma nova dimensão e puderam desempenhar no seio da economia regional todo o potencial de diversificação e dinamização econômica que pode produzir: a monetização generalizada das transações envolvidas na economia, um grande impulso por demanda monetária e a constituição de um mercado de consumo de massa, voltado basicamente para satisfazer a demanda e a reprodução da força de trabalho radicada no complexo.

O corolário imediato desta última transformação do universo social da estrutura de produção agroexportadora local foi a criação de condições para o desenvolvimento de um setor industrial pequeno de início, mas que acabou por assumir uma proporção e diversidade tais que colocaram o seu pólo urbano de referência como o mais importante núcleo industrial de toda a unidade administrativa da qual fazia parte<sup>13</sup>. A industrialização mineira, que teve no século XIX um importante momento de crescimento e expansão (principalmente em seu ramo têxtil e nas regiões Centro e Norte do estado<sup>14</sup>), conheceu no final do mesmo século um sintomático movimento de deslocamento para aquela região que tem sido considerada seu “apêndice agroexportador” e que, como se sabe, constituiu resultado de estruturas econômicas essencialmente regionalizadas, dotadas de contornos e ritmos próprios, fundamentando assim movimentos de acumulação de capital bastante diferenciados entre si. *O distanciamento entre o processo de industrialização e a estrutura agrícola de mercado externo, demasiadamente ressaltado por alguns setores da historiografia de Minas, não deve ser validado para o conjunto da experiência mineira.*

Além de seu porte, o processo de industrialização da cidade resultou numa estrutura industrial significativamente diversificada, onde além da produção de uma gama extremamente variada de bens de consumo, não estiveram ausentes setores como mecânica, química, embalagens, papelão, metalurgia, cimento, papel, entre outros. A presença destes setores só indica que a industrialização local se deu em um ritmo tal e atingiu proporções suficientes para gerar induções a investimentos em outras indústrias que, por sua natureza, implicavam na produção de insumos e bens de capital para o próprio setor indus-

13 GIROLETTI, D. *A Industrialização de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1980.

14 OLIVEIRA, M. T. *The Cotton Textile Industry of Minas Gerais, Brazil: beginnings and early development, 1868-1906*. PhD. Thesis. London: University College, 1991.

trial<sup>15</sup>. Neste sentido, é importante lembrar que os setores de mecânica e litografia (para além da produção de tornos, prensas, teares, turbinas, máquinas, fornos, etc.) chegou a produzir motores elétricos que foram colocados em teste para produção em série<sup>16</sup>, um refinamento em se tratando de uma industrialização “periférica”. Esta simbiose, onde distintos setores industriais se articulam e complementam, mesmo que não tenha se definido no interior do espaço econômico em questão, não é comum a todos os processos de industrialização e afasta definitivamente aquelas visões que procuram reduzir a experiência de industrialização local a um mero surto industrial<sup>17</sup>.

É certo que setores como o de mecânica marcavam presença já nas primeiras fases da industrialização do município, dado seus estreitos laços iniciais com a produção de exportação, autêntico representante, que foi, dos efeitos retrospectivos dentro do complexo. Além disso, sempre esteve articulado à economia agrícola de mercado interno (outro componente extremamente importante do complexo regional) acompanhando o crescente significado da agricultura de alimentos *pari passu* ao desenvolvimento de centros urbanos de importância na Mata. Assim, a presença de máquinas de beneficiamento de arroz, milho, cana, fumo, além de engenhos diversos, moinhos, arados, irrigadores vão assumindo uma proporção cada vez mais significativa entre os produtos do setor<sup>18</sup>.

O setor agrícola vinculado ao mercado interno regional, inconcebível fora do universo agrário de exportação ao qual se articulava, também desencadeou outros importantes efeitos multiplicadores na economia local, contribuindo decisivamente para seu processo de diversificação econômica e da própria constituição e definição do complexo agroexportador da Mata. A produção de leite, a indústria de laticínios e o seu correlato setor produtor de insumos em máquinas para a elaboração do produto e derivados constituem um excelente exemplo das dimensões potenciais envolvidos no processo de acumulação de capital fundamentado na produção agrária de mercado interno da economia<sup>19</sup>.

15 PIRES, A. (2004). Op. cit. Capítulo 3

16 Ainda em 1919, um anúncio de um jornal local noticia a construção de dois motores elétricos de 6 HP, ressaltando: “...tendo sido todo o material empregado na sua confecção exclusivamente nacional, com exceção apenas dos fios de cobre.” *Diário de Minas* 02/10/1919.

17 PAULA, M.C. (1976). *As Vicissitudes da Industrialização Periférica: o caso de Juiz de Fora -1930/1970*. Belo Horizonte: 1976. Dissertação de Mestrado. UFMG.

18 PIRES, A. (2004). Op. cit. p. 101 ss.

19 DESTRO, J.A. (1998). *Do Café para o Leite: A Pecuária como Alternativa Econômica ao Café (1896/1940)*. Juiz de Fora: 1998. Monografia de Conclusão do Curso de Especialização em História Econômica. FEA/UFJF, mimeo.

Mas talvez seja a estrutura comercial do município de Juiz de Fora aquela que mais represente o potencial gerado pelo mercado interno criado no complexo agroexportador da Mata. Por este mesmo motivo incorporou, por sua própria natureza e funções desempenhadas na economia, as assimetrias decorrentes da identidade *exportadora* do complexo e sua natureza *interiorana*. Mantendo uma importância dentro do complexo regional que dispensa comentários, a evolução da estrutura comercial de Juiz de Fora possui um significado que vai transcender os próprios limites espaciais na qual estava inserida. Primeiro porque a estrutura de comercialização externa do produto principal sempre esteve deslocada em relação ao espaço da produção exportadora, componente essencial, como já observado, da natureza periférica da economia aqui em consideração. Segundo porque sintetizou o conjunto da demanda gerada nesta economia por distintos bens de consumo e produção e, pela proximidade com o Rio de Janeiro, manteve posição privilegiada como centro de articulação e distribuição de produtos, por exemplo, importados, os únicos a satisfazer durante boa parte do período as demandas geradas não apenas no complexo regional como também de outras tantas regiões de Minas.

Quanto aos recursos envolvidos é importante salientar, antes de mais nada, o posicionamento secundário ocupado pelo município no conjunto deste circuito dada sua impossibilidade de contato direto com o mercado internacional. Mas sua colocação como empório comercial de mercados que se disseminavam pelo interior, alguns importantes porque alimentados por rendas geradas por exportações, permitiu, também parcialmente, a internalização dos fluxos de recursos que tiveram na própria cidade um de seus pontos de confluência mais importantes. O resultado foi a criação de uma estrutura comercial extremamente forte e diversificada, que correspondeu à colocação do município como um dos principais centros atacadistas do estado com o correspondente crescimento da riqueza comercial e mercantil de Juiz de Fora. Ora, o capital comercial constitui presença marcante em qualquer complexo econômico porque tem em seu processo de acumulação e reprodução um importante mecanismo de constituição do capital industrial, regra à qual o município não constituiu exceção, dados os inúmeros casos de plantas industriais surgidas em decorrência da acumulação de capital no comércio, como a historiografia local já tem revelado o suficiente<sup>20</sup>.

20 GIROLETTI, D. (1980). *A Industrialização de Juiz de Fora*. Op. cit.

Contudo, a parcela relativa ao comércio de exportação de café não destoaria como poderia se esperar em relação à estrutura comercial anterior, visceralmente vinculada a produtos envolvidos com o mercado interno, em um espectro que vai bem além de alimentos e outros produtos agrícolas. Como vimos, a permanência do Rio de Janeiro como principal espaço de comercialização externa da produção cafeeira da região impôs sérios limites ao crescimento deste setor específico no interior da estrutura comercial de Juiz de Fora. Marcada pela presença significativa de inúmeras unidades de comércio em grosso, (envolvidas principalmente com secos e molhados, ferragens em geral e instrumentos agrícolas, bebidas, têxteis, destilarias etc.), o comércio do café foi realizado parcialmente no interior da estrutura acima considerada e, se chegou a constituir um ramo especializado na economia, este se marca visivelmente por agências e casas de representação e de firmas comissárias *localizadas no Rio de Janeiro*<sup>21</sup>.

Poderia argumentar-se, convergindo com a historiografia vigente, que esta assimetria teria sido responsável por substanciais canais de transferência de excedente gerado na economia local para o Rio de Janeiro<sup>22</sup>. Mas esta questão encontra na própria evolução e crise do comércio comissário uma resistência intransponível. A partir dela é que se percebe, em primeiro lugar, a substituição deste comissário como agente fornecedor de produtos envolvidos com o *movimento de giro* das unidades de produção pela estrutura comercial local, e, em segundo, do próprio setor financeiro da cidade no financiamento de curto e longo prazo do processo de produção. *A evolução das estruturas internas inviabilizou boa parte dos mecanismos de transferência de recursos originados na economia da Mata*. Se a parcela relativa da produção agregada da região que foi transferida como pagamento da intermediação do comissário puder ser relativa e grosseiramente identificada com aquela normalmente paga a título de comissão (entre 3 e 5%), percebe-se que há um nítido exagero da historiografia em atribuir a este mecanismo uma descapitalização, em âmbito *estrutural*, para a economia da Mata. Mais importante que isso, quaisquer que tenham sido suas proporções, esteve longe de interferir na natureza *endógena* e na capacidade de geração de recursos e criação de oportunidades para as inversões destes mesmos recursos no próprio processo de dinâmica e diversificação econômica do complexo regional.

21 PIRES, A. (2004). Op. cit. Cap. 3

22 LIMA, J. H. (1981). Op. cit. CANO, W. (1985). Op. cit. WIRTH, J. (1982). Op. cit.; MARTINS, R. (1982). Op. cit.

Contudo, de todos os aspectos da análise e demonstração da existência de um complexo agroexportador na região da Mata mineira, aqueles relativos à existência de uma dimensão financeira colocou-se, como devidamente observado, como um dos mais importantes. Dotada das condições mais significativas para a constituição de uma *estrutura de financiamento* e um correlato *mercado de capitais*, a mera presença de um setor agrário de exportação já incluía um perfil delineado nas condições de oferta e procura por recursos de crédito e financiamento, implicando em forças de indução a investimentos que denominamos *efeitos de encadeamento financeiros*, aqui entendidos como *enlaces de natureza financeira e de crédito em que tanto os componentes da estrutura de oferta quanto da procura por recursos estejam sendo gerados na órbita de produção agroexportadora e se efetivando no interior desta mesma economia*<sup>23</sup>.

Por outro lado, a cidade passou por um importante processo de diversificação urbano-industrial que, desde suas origens, contou com recursos e poupanças acumulados endogenamente. Sua própria efetivação no interior do espaço regional implicou em uma imensa capacidade de catalisação e redistribuição de recursos financeiros que teve neste mercado um importante ponto de referência, inclusive vários canais de transferência de riqueza agrícola para o dinamismo dos setores urbanos da economia. As oportunidades de investimento e o próprio dinamismo econômico criado nestes mesmos setores urbanos geraram uma infinidade de forças de demanda por ativos monetários e financeiros que tiveram neste espaço seu contexto mais imediato e nas formas de riqueza urbana importante fonte de oferta, “enlaces” como no caso da economia de exportação. Quanto maior a conjunção e convergência destes enlaces para o interior da economia, maior o delineamento, diversidade e complexidade do mercado financeiro que irá surgir.

Em outras palavras, Juiz de Fora reuniu, dentro da economia que representava, recursos significativos constituídos por fortunas agrárias, financeiras e mercantis<sup>24</sup>, disponíveis para inversões e investimento de capital ao mesmo tempo em que sofria uma transformação estrutural que tinha, exatamente, na capacidade de transferência de recursos no tempo não só um de seus fundamentos, mas também uma de suas condições mais importantes de efetivação. A confluência destas forças em um mesmo pólo urbano fez surgir, paulatinamente,

23 PIRES, A. (2004). *Café, Finanças e Bancos*. Op. cit. p. 194 ss.

24 ALMICO, R. *Fortunas em Movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora – 1870/1914*. Campinas: 2001. Dissertação de Mestrado. UNICAMP.

um espaço específico na economia voltado para a regulação, controle e legitimação destas atividades que mantinham como essência um *de-sequilíbrio cronológico no ato de troca*.

É interessante lembrar que este mercado se marcava por importantes características comuns com outras experiências de formação e estruturação de sistemas e mercados financeiros que se desenvolveram em *economias essencialmente pré-industriais*, em que pese a variedade da constituição histórica destas estruturas<sup>25</sup>: sua natureza predominantemente agrícola; a escassez e sazonalidade dos fluxos monetários; concentração de renda; a configuração essencialmente local e regional destes mercados; a importância das fortunas agrárias e mercantis; formas de organização, sistemas e operações bancárias; a presença significativa de agentes individuais a influenciar o próprio comportamento do mercado; a importância das hipotecas; o predomínio do capital de giro e das formas de crédito a ele associado; um perfil de demanda visivelmente atrelado a um retorno de rendimentos fixos; cadeias de débito e endividamento; a *assimetria de informações* e grande importância de *instituições informais* como componentes fundamentais de regulação, legitimação, garantia e funcionalidade *essenciais* à estrutura e comportamento do mercado, entre outros. Todos estes componentes tipificadores de formas de mercados financeiros e de capitais pré-industriais encontrados em outras experiências históricas estão presentes, em maior ou menor grau, no universo financeiro da cidade e região no período desta análise.

É claro que esta estrutura estava, por definição, longe da forma de organização de mercados e instituições financeiras atuais, mas as semelhanças também poderiam surpreender aqueles que se prendem a concepções de mercado que pressupõem conceitos como equilíbrio, eficiência, perfeição ou, mesmo, uma *estrutura capitalista* a fundamentar seus contornos e funcionamento. Nem, tampouco, sua presença significa a constituição de sistemas de crédito e financiamento “adequados”, sob qualquer critério que venha a ser adotado. No entanto, como tem ressaltado a historiografia, valeria muito mais nestas

25 WIEMERS, E. (1985). Agriculture and Credit in Nineteenth-Century Mexico: Orizaba and Cordoba, 1822-1871. In: *Hispanic American Historical Review*. 65 (3), 519-546. ROTHEMBERG, W. (1985). The Emergence of a Capital Market in Rural Massachusetts, 1730-1838.” In: *The Journal of Economic History*. Vol. XXII, December. HYLAND, R. (1992). A Fragile Prosperity: Credit and Agrarian Structure in the Cauca Valley, Colombia, 1851-1887. In: *Hispanic American Historical Review*. 62(3), 369-406.

estruturas sua *maleabilidade* (principalmente em períodos de crises econômicas) do que sua eventual “racionalidade” e “equilíbrio” e, como visto, muitas vezes sua *natureza informal* é que se tornará a tônica das relações que tinha que coordenar.

Inadequações, altos custos de transação e de informações, deficiências no sistema legal e institucional, a presença em graus e níveis variados do Estado, “altas” taxas de juros, assimetria de informações, entre outros, são assumidos como *parte integrante* do funcionamento destes mercados de crédito e capital. Mas o que tem marcado a historiografia e surpreendido historiadores do tema é exatamente como estruturas assim delineadas superaram estes “limites” e reuniram condições de realizar, à sua forma, boa parte das funções que os mercados financeiros capitalistas vêm desempenhando em suas próprias economias. O resultado tem sido a descoberta de outros verdadeiros universos de organização e estruturação de sistemas financeiros e mercados de capitais, em muitos casos tão dinâmicos e complexos na diversificação de seus agentes e instrumentos que a concepção que identificava crédito e capitalismo ficou definitivamente com balda. Mais que isso, o estudo destes mercados tem ensinado bastante sobre a forma de comportamento dos próprios mercados contemporâneos e as noções como equilíbrio, eficiência e racionalidade, talvez, sequer estejam presentes nas economias capitalistas contemporâneas.

Também a *dinâmica e funcionalidade* destas estruturas de financiamento tidas como “arcaicas” estiveram presentes de forma bastante nítida no mercado financeiro local. Desta forma, se percebermos a natureza das forças que deram sustentação e delineamento a este espaço da economia, tomando ainda como exemplo o setor bancário, entre inúmeras operações financeiras, veremos uma particular identidade entre as formas predominantes de financiamento e aquelas que vinham ocorrendo no núcleo básico do processo de acumulação de capital desta mesma economia. Dotada de uma escassez crônica de numerário, a postergação de pagamentos tornou-se condição fundamental para os negócios; os títulos de crédito de curto prazo, os instrumentos mais importantes de representação financeira e as *cadeias de débito* bem como a proporção destes títulos no ativo de firmas e empresas constituíram o resultado natural do processo. Se associarmos esta forma de financiamento com aquela que moldava o processo *predominante* de acumulação de capital (a retenção de lucros para reinvestimentos), podemos perceber a importância de características como transferência e negociabilidade na efetivação do movimento geral deste processo de acumulação<sup>26</sup>.

26 CROUZET, F. (1972). *Introduction*. In: MATHIAS, P. *Capital Formation in the Industrial Revolution* pp. 45-46; NEAL, L. (1997). *The Finance of Business during*

São características como estas que vão permitir que operações comerciais de desconto de notas, empréstimos em conta corrente, renovações de empréstimos, entre tantas<sup>27</sup>, fornecessem a liquidez imprescindível em um movimento de reprodução de capital que tinha no adiamento de pagamentos e, portanto, no acúmulo de débitos um de seus componentes fundamentais. Será a partir de operações como estas que o desequilíbrio temporal implícito nas relações de crédito e financiamento poderá ser devidamente equacionado e, ao permitir que o próprio processo se efetivasse, contribuiu decisivamente para o crescimento e diversificação de formas tipicamente capitalistas de produção que vinham se desenvolvendo na economia regional, de uma maneira bastante semelhante do que aconteceu em outros núcleos e centros de produção agrários de exportação do país<sup>28</sup>.

É óbvio que a mera existência destas operações não garantia, em si mesmo, o pleno contentamento dos agentes econômicos, e, principalmente, nas condições que supunham ser satisfatórias. Nem mesmo eram suficientes para suprir o conjunto da demanda por crédito geradas no sistema, principalmente para aqueles agentes que, por um motivo ou por outro, mantinham posições de risco consideradas elevadas. O próprio sistema bancário possuía limites estreitos para a realização de várias de suas operações, neste caso principalmente a ausência de um “*Lender of Last Resort*” (um emprestador de última instância), tornando particularmente delicado o equilíbrio entre os ativos e passivos bancários e fazendo com que os fluxos de crédito destas instituições fossem extremamente vulneráveis às conjunturas negativas da economia<sup>29</sup>. Sendo assim, a restrição da oferta por parte dos bancos nos períodos de contração (principalmente de política monetária) contribuía, e muito, para a escassez de moeda e deflação que marcava estas conjunturas. A interrupção ou drástica redução destes fluxos de crédito, exatamente no momento em que eram mais necessários, muitas vezes desencadeava as sucessões de falências, insolvências e concordatas que caracterizaram os circuitos de débito típicos do período aqui considerado.

Mas os movimentos de ativos e recursos monetários no tempo não se reduziamao universo do curto prazo. Conjuntamente com estes

---

Industrial Revolution. In: FLOUD, R. and McCLOSKEY, D.N. *The Economic History of Britain since 1700*. , Cambridge: Cambridge University Press, vol. 1. p. 152 ss.

27 PIRES, A. (2004). Tabelas 70 e 71.

28 HANLEY, A.G. (1995). *Capital Markets in the Coffee Economy*. Op. cit.

29 TRINER, G. (1996) The Formation of Modern Brazilian Banking, 1906-1930. In *Journal of Latin American Studies*. Cambridge Economic Press, 28

surgiram formas de crédito e financiamento que transferiam volumes substanciais de recursos no longo prazo, que também vinham confluir de maneiras significativas com as formas que estavam assumindo os processos de acumulação de capital que vinham sustentando a dinâmica e o processo de diversificação setorial que marcou a economia da região no período aqui considerado.

Este universo de financiamento também vem esclarecer outras importantes características do *complexo agroexportador mineiro* e seu mercado de capitais. Com suas origens reportando a períodos bem anteriores à consolidação do próprio sistema bancário na cidade e contendo uma personificação típica em *agentes individuais* também como fornecedores de ativos, estas relações de financiamento de longo prazo constituem outra expressão cabal e explícita dos efeitos de encadeamento financeiros que sublinhamos no trabalho: demanda e oferta de recursos financeiros originados e determinados pela forma de organização da produção agrária de exportação e pelas características próprias do produto principal que gradualmente vão se efetivando no mesmo espaço econômico, delimitando a existência, também aqui, de um espaço de distribuição, regulação e legitimação que encontrou no mercado hipotecário uma de suas expressões mais importantes<sup>30</sup>.

É certo que durante boa parte do período “pré-bancário” predominavam fornecedores e agentes de financiamento identificados principalmente com o comércio de café radicados no Rio de Janeiro, uma decorrência inevitável da natureza periférica do complexo regional, na época apenas em sua fase de constituição. Mas a presença de emprestadores individuais locais constitui também elemento marcante, em especial se considerarmos suas articulações com a própria produção e renda vinculadas às exportações. Além disso, é fundamental lembrarmos que a presença destes *prestamistas*, se antecedeu, também *perpassou* o próprio período de criação e consolidação do aparelho bancário, sublinhando o papel extremamente importante destes agentes individuais no mercado de capitais local em todo o período da pesquisa. A conjunção de vigorosas forças de demanda de recursos de longo prazo com uma estrutura de renda extremamente concentrada, ambas decorrentes da estrutura da produção cafeeira, ensejou induções a investimentos que, ao se concretizarem, constituíram uma das principais bases do mercado de capitais em Juiz de Fora.

É importante que possamos entender este “circuito financeiro” principalmente pelo lado da oferta individual de recursos de longo

30 PIRES, A. (2004). Op. cit. Capítulo 4.

prazo, por tudo que ela pode nos revelar. Já nos referimos à importância destes empréstimos para os processos de reprodução e acumulação na própria cultura de exportação, o que, por si só, os colocaria como elementos fundamentais para a realização do processo geral de acumulação de capital da economia da região, considerando a importância da renda gerada pela produção agroexportadora na dinamização de outros setores que vinham se desenvolvendo em torno da produção cafeeira. Por outro lado, os investimentos realizados por estes “prestamistas” no adiantamento de moeda para outros fazendeiros de café, se chegaram a valores extremamente significativos, implicaram numa provisão de liquidez na economia, representando outro aspecto essencial do “circuito” do qual faziam parte, uma vez que sem estes investimentos teríamos apenas riquezas acumuladas e retidas, um entesouramento de ativos sem qualquer participação significativa no conjunto do sistema do qual faziam parte<sup>31</sup>. Por fim, os ganhos decorrentes deste tipo de atividade podem ser devidamente classificados como uma das primeiras formas de *riqueza financeira*, o que não deixa de ter seu significado no período aqui em questão e numa economia essencialmente pré-capitalista, mas que vinha aperfeiçoando cada vez mais seus mecanismos e instrumentos de crédito e financiamento, aproximando-se gradualmente de um contorno propriamente capitalista e permitindo a participação destes agentes neste processo como componentes fundamentais da oferta de recursos e liquidez sem a qual naturalmente não poderia se efetivar.

Além do mais, a presença e importância destes agentes confrontam um dos mais importantes argumentos da *teoria bancária*<sup>32</sup>: aquele que afirma que apenas os bancos podem desempenhar o papel de catalisadores de recursos e sua distribuição mais “racional” para a economia como um todo. Não que este princípio esteja errado; nós mesmos ressaltamos sua importância quando analisamos o surgimento do sistema bancário no complexo regional. Mas em estruturas pré-industriais e com as características que mantinha a economia que temos aqui em foco um outro aspecto assume posição fundamental: a concentração de renda própria desta economia permitirá que recursos ociosos e *relativamente dispersos* (ou pelo menos não “catalisados” em algumas organizações bancárias) desempenhassem um importante papel na provisão de financiamento da economia regional e dos distintos componentes setoriais que a compunham.

31 Id. Ib. p. 183 ss.

32 FREIXAS, X. and ROCHET, J.C. *Microeconomics of Banking*. Cambridge: MIT Press, 1998.

Em outras palavras, teríamos uma estrutura financeira que além dos pontos de centralização e irradiação representados pelas instituições bancárias, haveria também a disponibilidade de haveres financeiros originados pela concentração de riqueza individual, aspecto tão importante no entendimento destas estruturas quanto a generalização pela mesma teoria bancária do princípio segundo o qual o que distingue estes agentes dos bancos seria exatamente a ausência da captação de recursos de terceiros por parte dos provedores particulares de meios monetários. Esta diferenciação, mais que meramente conceitual, torna clara e nítida (mesmo que relativa) a distinção da *natureza institucional* dos agentes aqui em referência: a inserção do aparelhamento bancário no campo das *instituições formais*, com sua estrutura de organização empresarial, uma hierarquia burocrática e regras internas próprias, regulação das operações e atividades e subordinação geral a um corpo jurídico estabelecido e controlado pelo aparelho estatal; já os prestamistas, como agentes individuais, se aproximam muito mais do universo das *instituições informais*, cujas atividades e operações vão ser determinadas, basicamente por regras de condutas estabelecidas pela tradição, valores morais, conhecimento pessoal, relações de amizade e parentesco, elementos culturais, entre outros, em que pesa a sua mesma subordinação ao corpo legal vigente<sup>33</sup>.

Convém observar, ainda, que este aspecto revela que, para além da má distribuição de renda dentro das *hierarquias sociais*, outro importante elemento de sua dinamização está na concentração *espacial* de recursos, pois é esta concentração que permitirá que a assimetria de informações seja superada e com ela o próprio custo de transação das atividades financeiras. Este fenômeno explica a estreita delimitação espacial dos mercados de capitais pré-capitalistas, evidenciando a importância de sua *geografia* e a *regionalidade implícita*<sup>34</sup> que os tipificam. Assim, a transmissão de informações e as condições de *confiança* podem ser realizadas a contento fundamentando-se na órbita de relações como o conhecimento e contatos pessoais: a situação de solvência, histórico de débitos, a *reputação* enfim, de devedores em potencial e a existência de credores com disponibilidade de recursos para empréstimos podem se colocar como a base das transações financeiras realizadas *diretamente* entre os agentes. Um paradoxo surge quando pensamos na superação da assimetria de informações realiza-

33 LAMOREAUX, N. (1986). Banks, Kinship and Economic Development: the New England case. *Op. cit.*

34 ODDEL, K. *Capital Mobilization and Regional Financial Markets, 1850-1920*. Garland Publishing, New York, p. 30

da desta forma, pois, guardadas as condições de dinâmica da estrutura agroexportadora e de crescimento da economia, quanto *menor* a dimensão espacial do mercado *maior* a facilidade de contatos pessoais e de transmissão de informações nele contida e, portanto, do próprio potencial do fluxo de recursos entre credores e devedores<sup>35</sup>.

Mas há qualificações que devemos esclarecer sobre estas formas de financiamento particulares e de longo prazo que caracterizam o mercado regional. A principal delas está na consideração destas relações no campo da *usura*, o que impõe ainda algumas observações sobre as taxas de juros envolvidas e a própria natureza das transações realizadas<sup>36</sup>. No que se refere à caracterização destes agentes generalizadamente com usurários, com sua devida conotação pejorativa, convém esclarecer, de início, que o fenômeno da usura é por sua própria natureza esporádico, casual e, em sua essência, envolve uma estrutura de oferta extremamente restrita a poucos fornecedores permitindo ganhos que em geral superam as médias das taxas de retorno presentes na economia, implicando invariavelmente na transferência dos bens dados como garantias para o credor, o que, em última instância, inviabilizaria a continuidade e regularidade destas transações.

Com características como estas encontraríamos, por assim dizer, um “espaço financeiro” onde a variação das taxas de juros seria *relativamente* limitada e não seria determinada por qualquer outro mecanismo a não ser a escassa disponibilidade de credores. Desta forma, os juros seriam mantidos altos e não sofreriam *grandes* alterações em função de qualquer modificação objetiva da economia, como oscilações conjunturais, política monetária, mudanças na estrutura de oferta e demanda etc. O número de transações e o volume de recursos manteriam-se *relativamente* restritos e a natureza social dos agentes que eventualmente comporiam a estrutura de oferta também seria marcada por pequenas modificações e, como consequência de todas estas características, a *funcionalidade* do espaço financeiro no interior da estrutura econômica seria também significativamente limitada.

É óbvio que não estamos considerando períodos tão anteriores a esta análise quanto, por exemplo, o período Colonial ou a primeira

35 MIZRUCHI, M. and STEARNS, L.B. (1994). Money, Banking and Financial Markets. In: SMELSER, N. and SWEDBERG, R. *The Handbook of Economic Sociology*. Op. cit. p. 323.

36 Ver SHEINKMAN, J. and GLAESER, E. *Neither a Borrower nor a Lender Be*: an economic analysis of interest restrictions and usury laws. Cambridge: 1994. Nation Bureau of Economic Research (NBER), Working Paper 4954; POWELL, E. (1966). *The Evolution of the Money Market, 1385-1915*. Op. cit.; TAWNEY, R.H. (1965). *Introduction*. In: WILSON, T. *A Discourse of Usury*. Op. cit

metade do século XIX, que têm sido sistematicamente investigados por uma produção historiográfica mais contemporânea; nem tampouco, produções envolvendo universos cronológicos mais próximos ao nosso, mas que têm nas áreas de produção agroexportadora decadentes ou satélites (como o Vale do Paraíba) seu foco mais importante. Os resultados a que chegamos e as próprias conclusões de nossa análise não têm a pretensão de explicar períodos e realidades tão diferenciados quanto aos nossos, se restringindo exclusivamente aos limites cronológicos e espaciais que se propôs a investigar.

Ora, se procurarmos alguma analogia da realidade aqui considerada ela será encontrada em outros núcleos urbanos que chegaram a desenvolver o papel de pólos financeiros com sua respectiva estrutura de mercado: o número e volume das transações foram extremamente significativos, em termos absolutos e relativos; a regularidade das transações salta aos olhos, principalmente se percebermos suas médias quinqüenais (Tabela 01); os atores envolvidos na estrutura de oferta mantinham uma diversificação social notória e que incluía fazendeiros de café, comerciantes de vários matizes e formas, rentiers, proprietários urbanos, capitalistas, entre outros (Tabela 02); e a própria funcionalidade do setor financeiro (que ainda retomaremos) na dinamização e transferência inter-setorial de ativos e recursos monetários, financiamento de investimentos, consolidação de débitos, aquisição de imóveis urbanos ou rurais, etc., deve ser destacada exatamente pelo contexto de transição estrutural capitalista que caracteriza o período.

Mas um aspecto em especial merece ser ressaltado aqui: os níveis e oscilações das taxas de juros acompanharam nitidamente as variações conjunturais da economia, tornando nítida a inserção das transações financeiras locais no âmbito de um mercado, em especial se considerarmos *a origem endógena dos recursos*, em que pese os inúmeros *componentes não econômicos* na intermediação destas transações<sup>37</sup>. Além disto, em seu comportamento de longo prazo, também observamos uma clara tendência de declínio dos níveis de juros, indicador seguro do aperfeiçoamento das relações de financiamento que vinham ocorrendo neste mercado (Gráfico 01).

É claro que, também aqui, existem evidentes limites no âmbito das relações de financiamento que se estabeleceram principalmente no mercado hipotecário local. A própria presença maciça do Banco de Crédito Real nestas operações como intermediador de recursos reunidos e agrupados pelo governo estadual vem demonstrar *a insufici-*

37 HOFFMAN, P.T., POSTEL-VINAY, G. and ROSENTHAL, J.-L. (2000). Op. cit.

ênica crônica deste espaço na captação e distribuição destes mesmos recursos de longo prazo. Já a atuação essencialmente pró-cíclica do Banco contribuía, como no universo do financiamento de curto prazo, para o agravamento das conjunturas de escassez de numerário e de liquidez, o que, seguramente, afastou a instituição de uma das mais importantes funções desempenhadas pelo conjunto do mercado hipotecário local nas fases de contração do ciclo de acumulação e restrições financeiras que poderiam se seguir.

Portanto, deve ficar claro, também e principalmente no horizonte financeiro e temporal neste momento em relevo, a deficiência do sistema em satisfazer, a contento, as condições de oferta, preço e disponibilidade de recursos na forma e maneira que demandavam os agentes representativos da “economia real” ou, mais especificamente, das estruturas de produção que eventualmente poderiam personificar. As próprias condições em que eram feitos estes financiamentos, estabelecidas nas cláusulas dos contratos hipotecários, evidenciam a estreiteza das transações desta natureza, todas implicando em imposições aos devedores e cercando os credores das devidas garantias.

É visível, portanto, que a estrutura de financiamento de longo prazo estava longe de suprir as necessidades e perspectivas geradas na esfera da produção. No entanto, o seu simples enquadramento histórico tem revelado elementos que colocam seus limites em outros níveis de argumentação explicativa e como componentes implícitos à sua própria forma de organização estrutural e inserção na economia que o caracterizava, embrionário do capitalismo, permeada por instabilidades macroeconômicas crônicas, altos riscos sistêmicos, deficiências diversas no ambiente de negócios, entre outros. Sob esta perspectiva, os contratos e negociações realizadas nas bases acima, se oneravam o devedor, também se colocaram como condições sem as quais as próprias transações não se efetivariam, nem impediram a articulação regular das esferas da produção com o espaço financeiro, em especial nos períodos de crise, quando o volume de suas atividades se acelerava principalmente devido à presença de suas *instituições informais*, tendo em vista o crescimento dos provedores particulares de recursos e sua atuação fundamentada na base de conhecimentos pessoais, elementos também caracterizadores da organização estrutural do espaço financeiro desta mesma economia.

Com tudo isso, as manifestações vinculadas aos agentes representativos da esfera da produção deveriam ser devidamente inseridas no campo do *conflito distributivo*, com as características e conteúdo em que se configurou no período e não apenas na esfera da economia local

e regional. Sendo assim, a visão do universo destas transações financeiras não é necessariamente idêntica àquela que predominou segundo o ponto de vista destes agentes, nem, muito menos, a delimitação de seu contorno e funções de acordo com a perspectiva de atores sociais que, por definição, compartilhavam seus ganhos com outros atores também identificados com setores imprescindíveis ao próprio movimento e dinamismo da economia. A colocação destes enfoques como *elementos explicativos* destas relações de crédito e financiamento, que tem feito algumas interpretações, não se constituiria como um bom ponto de partida e o distanciamento destas interpretações, ao menos em relação ao universo financeiro aqui em questão, tem se tornado cada vez mais nítido.

Mas uma última observação ainda se impõe acerca do segmento financeiro e mercado de capitais presentes no corpo do complexo regional. Sua convergência com a transformação estrutural de natureza capitalista e a conseqüente reconfiguração das unidades que a concretizaram devem ser destacados como elementos fundamentais das conclusões desta análise. Aqui, em particular, se revelam todos os elementos representativos deste mercado e não apenas no que se refere ao volume de recursos envolvidos, diversidade dos agentes sociais que se colocaram como devedores e credores, sua importância para a internalização de processos de acumulação de capital e delineamento da economia regional, comportamento dos juros, provisão de liquidez, oportunidade de investimento e ganhos, a complexidade que os instrumentos de crédito assumiram, etc. Em outras palavras, cabe destacar ainda a função dos efeitos de encadeamento financeiros no desempenho da transferência de recursos entre distintos segmentos que compunham o complexo regional, em particular entre a agricultura de exportação e o setor industrial, alimentando sua diversificação setorial e se colocando, ele próprio, como um dos principais vetores da transformação estrutural acima referida.

Já observamos a particular confluência do espaço de financiamento local com a forma específica que assumiu o padrão de acumulação e inversão fundamentado em ganhos retidos por parte das unidades fabris num primeiro momento da industrialização do município. A constituição do Banco como resultado dos efeitos de encadeamento financeiros e sua articulação no circuito representado pelos enlances fiscais, tornam bastante claros os movimentos de transferência de recursos monetários originados na cafeicultura para a indústria, indireta ou *diretamente*, se tivermos em mente também a importância da captação local de meios monetários através do mecanismo de depósitos e a devida participação da renda gerada pelas exportações neste mesmo mecanismo<sup>38</sup>.

38 Ver PIRES, A. (2004) Op. cit. tabelas 65 a 69, 70 e 71

Mas também e principalmente na dimensão de longo prazo se abriram canais significativos deste movimento intertemporal e inter-setoriais de recursos no mercado de capitais local. Desta perspectiva, convém sublinhar a participação de agentes e unidades industriais como elementos de absorção de poupanças disponibilizadas na economia através do mercado hipotecário, ou seja, como *prestatórios* de um dos principais espaços de canalização e confluência de recursos monetários e de financiamento gerados pela estrutura de exportação, fosse através dos enlaces financeiros diretos (transações realizadas pessoalmente entre os portadores de fortunas agrárias e os próprios industriais) ou da configuração institucional própria que assumiram os enlaces fiscais (o sistema bancário nucleado pelo Banco de Crédito Real de Minas Gerais)<sup>39</sup>.

A inserção dos setores sociais e unidades econômicas identificadas com o setor industrial como receptores destes financiamentos em um mercado como o de hipotecas é, obviamente, significativa. Como no caso da estrutura de exportação, permitiu que ativos tangíveis identificados com a produção industrial (máquinas, equipamentos e instalações) se colocassem como garantias, configurando-lhes uma devida representação financeira e como conseqüente impacto e flexibilização

39 “Empréstimos hipotecários e outros realizados entre industriais com fazendeiros de café são relativamente comuns, principalmente nos processos de falência. Ainda em 1900, na falência da Fábrica de Móveis e Calçados Corrêa e Corrêa, aparecem como credores hipotecários, além do Banco de Crédito Real, Joaquim Monteiro, fazendeiro em Mathias Barbosa e, como credor quirografário, Visconde de Monte Mário. Na falência de Judith Fernandes de Carvalho o credor hipotecário era Christovam de Andrade, conhecido capitalista e fazendeiro local. José Procópio Teixeira e Zeferino de Andrade, ambos capitalistas e fazendeiros, também são credores hipotecários das massas falidas da Companhia Fiação e Tecelagem São Francisco e Barroso, Araújo e Cia. Ltda. Também foi este o caso da Empresa “O Pharol”, que teve como credor hipotecário Alfredo Ferreira Lage. No inventário de Pedro Procópio Rodrigues Valle encontramos quantias substanciais empatadas em dívidas ativas com industriais: 300:000\$ com Procópio, Ladeira e Cia., 300:000\$ com a Cia. Industrial e Construtora Pantaleone e Arcuri, 350:000\$ com a Companhia Central de Diversões e, por fim, 100:000\$ com José Weiss (totalizando um volume total de 1.050 contos em créditos praticamente apenas com o setor industrial)”. PIRES, A. (2004). *Café, Finanças e Bancos*. Op. cit. p. 375 e principalmente tabela 84.

do processo específico de acumulação do capital industrial, em especial sujeito às sucessivas variações conjunturais na forma que vinham ocorrendo na economia; em outras palavras, serviu como espaço particularmente útil de renegociação e redimensionamento temporal de *passivos* muitas vezes acumulados no movimento de giro das unidades industriais, revelando uma importante interseção entre os espaços de financiamento de curto e longo prazo e sua funcionalidade para a reprodução da própria estrutura industrial.

Outros importantes mecanismos e instrumentos presentes e desenvolvidos no universo de financiamento de longo prazo vêm evidenciar a articulação entre padrões e formas de acumulação realizados pelo processo de industrialização e aqueles identificados com riqueza financeira originada das inversões do capital cafeeiro. A transformação e reconfiguração das unidades de produção fabris do município (uma decorrência natural da própria evolução do processo de industrialização que vinha sofrendo) alteraram a composição do capital do setor e a natureza de sua demanda de financiamento do universo de curto para aquele de longo prazo. Mais que suas próprias dimensões, como resultado desta reconfiguração, a própria natureza destas unidades como organizações também se modificou de um padrão baseado tipicamente em sociedades simples para outro fundamentado na organização acionária, dotando estas unidades de uma capacidade bem superior de endividamento e *alavancagem financeira* através de novos instrumentos de captação de recursos de longo prazo disponíveis na economia local e regional<sup>40</sup>.

Ora, a configuração acionária constitui, como se sabe, a representação financeira mais importante dos ativos reais de qualquer empresa ou firma, processando em sua essência a transformação destes ativos em *bens intangíveis* (títulos e papéis representativos de riqueza), possibilitando a pulverização, melhor distribuição, transferência e negociabilidade de valores de outra forma imobilizados, redimensionando por si só a capacidade de movimentação de recursos por parte das firmas e sua eventual articulação com o mercado de capitais no qual se inseriam. Sua presença neste mercado implica elemento importante e sintomático de sua evolução e delimitação enquanto total, conjuntamente com outros títulos vinculados a organizações acionárias, constituirão novas e significativas oportunidades para investimentos de poupanças, agilizando e aperfeiçoando as transações em seu interior e o próprio remanejamento de recursos entre os setores aqui em questão.

40 PIRES, A. (2004). Op. cit. p. 319 ss.

A presença do capital agrário na organização de companhias acionárias no município foi devidamente equacionada em nossas análises anteriores<sup>41</sup>, cabendo lembrar sua importância no surgimento destas companhias em setores tão significativos para a composição do complexo regional quanto para a própria transformação capitalista que sofria: aperfeiçoamento do sistema de transportes, instituições financeiras, infra-estrutura, energia elétrica, serviços públicos, entre outros seriam objeto de transferências maciças de meios financeiros originados diretamente na cafeicultura através da aquisição de ações, com tudo o que implicavam no âmbito do aperfeiçoamento da organização empresarial e desenvolvimento do mercado financeiro.

A organização desta instância particular do conjunto do mercado de capitais local constitui elemento particularmente importante da formação e delineamento da própria estrutura financeira deste complexo, permitindo que todo o potencial da mobilização e circulação de títulos financeiros representativos de investimentos reais no setor industrial fosse realizado como parte da reprodução de haveres financeiros disponibilizados no interior da própria economia. Desta maneira, houve uma internalização contínua destes fluxos de financiamento com um nítido contorno de um mercado acionário primário e a devida participação e dinamização das formas de poupança local (inclusive a agrária) no desempenho da acumulação e crescimento do setor industrial do complexo agroexportador da Mata.

Mas outros títulos tipicamente vinculados à forma de organização acionária vão demonstrar de maneira muito mais clara o potencial e o significado que viriam a assumir as transferências do capital cafeeiro para o setor industrial através do mercado financeiro no seio da economia regional. As *debêntures*, por suas próprias características, vão se colocar como instrumentos fundamentais de mobilização de haveres financeiros por parte das unidades industriais. Constituindo-se em títulos de captação de recursos relativamente volumosos e de longo prazo, com nítidos vínculos com o processo de acumulação e crescimento do capital industrial local, mantinha uma remuneração fixa aos seus portadores, ao contrário dos títulos acionários. Com estas características viriam a se adaptar e articular especialmente bem com a estrutura de oferta de poupanças da economia, ao menos na forma que assumiu aqueles identificados com o universo agroexportador<sup>42</sup>.

41 PIRES, A. (1993). Op. cit. p. 152. Ver também ALMICO, R. (2001). *Fortunas em Movimento*. Op. cit.

42 “Os dados que possuímos no inventário e alguns processos de falência vêm confirmar estas questões. No inventário de Carolina de Assis, esposa de um dos acionistas

A canalização de recursos para o setor industrial via mercado de capitais através do lançamento destes instrumentos de débito encontrou, assim, no fluxo de renda e disponibilidade de recursos gerados e retidos na produção cafeeira um de seus elementos mais importantes e a presença de fazendeiros de café na estrutura social destes débitos se revelou extremamente significativa, principalmente se lembrarmos que estes títulos estiveram particularmente envolvidos com os projetos de investimentos industriais. Os efeitos de encadernamento financeiros que se desenvolveram no interior do complexo regional encontram, portanto, neste mecanismo outro componente esclarecedor de sua expressão e potencial, uma vez evidenciadas não só as transferências como a participação do capital cafeeiro, também aqui, no movimento de acumulação e no próprio processo de industrialização do município.

A consideração conjunta dos mecanismos de financiamento realizados no mercado financeiro local demonstra nitidamente a sua importância e funcionalidade no interior da economia regional. Através de seu funcionamento e delimitação é que podemos perceber uma *nova dimensão da participação do capital cafeeiro no processo de diversificação setorial e da própria transição capitalista da economia*. Além disto, em sua “regionalidade implícita” foi responsável em grande parte pela internalização dos fluxos financeiros no espaço da própria economia regional, aspecto essencial para a superação das assimetrias de recursos já consideradas e de sua delimitação como um complexo agroexportador. Esta conclusão, em particular, possui um papel de relevo se considerarmos o conjunto da estrutura econômica de produção agroexportadora do país e a historiografia a ela correspondente: *questiona frontalmente a função do Rio de Janeiro como pólo financeiro e de sua Bolsa de Valores como instância de financiamento e de atração inter-regional de recursos*. Mais ainda, torna também evidente a possibilidade de que outras áreas tenham desenvolvido seus próprios mecanismos e espaços de financiamento, sublinhando a importância

---

majoritários da Companhia Mineira de Eletricidade, ele próprio grande fazendeiro de café, a propriedade de debêntures da Companhia é extremamente alta, chegando a atingir ao todo 635 debêntures, atingindo um valor total de 82:944\$000, um valor por si mesmo bastante considerável. Outro inventário de fazendeiro que possui uma participação significativa em debêntures é o do cel. *João Gualberto de Carvalho*, que possuía 300 debêntures da Companhia Fiação e Tecelagem Bernardo Mascarenhas, num total de 100:000\$000, além de mais 100 debêntures da Companhia Americana (20:000\$000) e 10 da Companhia Fiação e Tecelagem São Vicente (com valor nominal de 1:000\$000) cada uma, totalizando 10:000\$000. No total, o valor das debêntures de sua carteira de títulos somava 130:000\$000, ou 98,48% de seus ativos financeiros.” PIREZ, A. (2004). Op. cit. p. 373.

de sua natureza essencialmente regionalizada e o seu potencial para a transformação de estruturas de produção.

Em outras palavras, por fim, coloca em seu devido patamar outras experiências históricas de transição capitalista e desenvolvimento econômico que ocorreram em universos regionais marcados por sua condição interiorana e/ou periférica e que podem contribuir decisivamente para a compreensão da formação capitalista do país.

**Tabela 01** - Hipotecas em Juiz de Fora – Médias Quinquenais – 1853/1939.

(em contos)

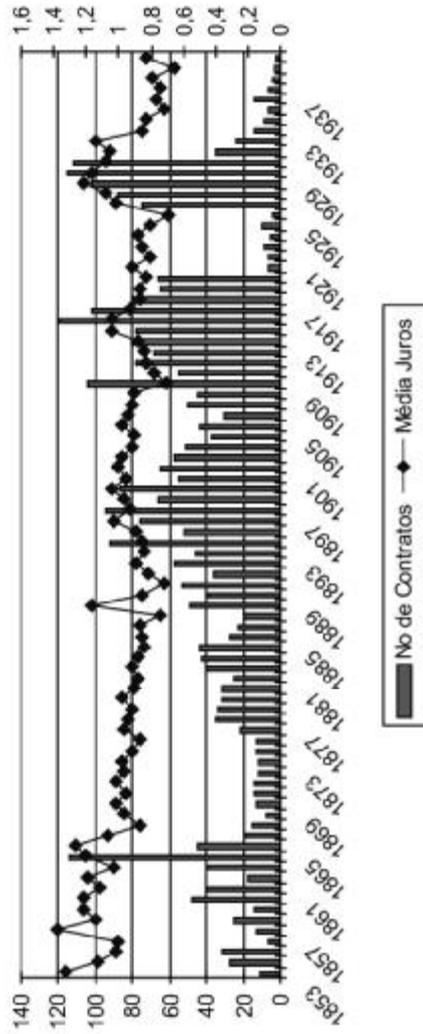
Quinquênio	Valor Total	Número de Contratos	Valor Médio	Média das Taxas de Juros – mês	Média das Taxas de Juros – ano
1855-1859	445:997	91	6:524\$	1,15	13,80
1860-1864	2.977:791	258	11:667\$	1,15	13,80
1865-1869	1.491:656	98	12:639\$	1,03	12,36
1870-1874	609:347	65	9:348\$	0,96	11,52
1875-1879	2.648:003	135	18:587\$	0,93	11,16
1880-1884	3.184:397	182	18:541\$	0,88	10,56
1885-1889	2.098:773	158	13:916\$	0,89	10,68
1890-1894	4.953:126	285	14:583\$	0,82	9,84
1895-1899	5.630:373	375	15:070\$	0,97	11,64
1900-1904	4.622:806	266	17:487\$	0,94	11,28
1905-1909	4.734:367	271	14:526\$	0,89	10,68
1910-1914	6.509:656	359	18:156\$	0,87	10,44
1915-1919	8.691:836	432	19:775\$	0,91	10,92
1920-1924	1.668:216	36	42:797\$	0,85	10,20
1925-1929	15.438:832	384	37:923\$	1,03	12,36
1930-1934	8.841:814	194	46:186\$	0,99	11,88
1935-1939	980:685	35	30:387\$	0,73	8,76

Fonte: Registros de Hipotecas - 1853-1939 – AHPJF

**Tabela 02 - Quadro Geral do Mercado Hipotecário – Juiz de Fora**  
**Participação dos Credores por Categoria Social Médias Quinquenais**  
**(1853-1939).**  
 (em contos)

Quinq.	Participação de Credores Agrícolas				Participação do BCR			Participação dos Proprietários e Capitalistas				Participação dos Comerciantes				
	AG	% AG	MontAgri	% MontAgri	BCR	% BCR	Mont BCR	% Mt BCR	PC	% PC	MontPC	% MontPC	Com	% Com	Mont Com	% Mt Com
1853-1854	12	31,58	346239	45,69	0	0,00	0	0,00	1	2,63	560	0,07	0	0,00	0	0,00
1855-1859	32	35,16	267817	60,05	0	0,00	0	0,00	2	2,20	5604	1,26	5	5,49	36175	8,11
1860-1864	54	20,93	415114	13,94	0	0,00	0	0,00	4	1,55	29265	0,98	37	14,34	1412585	47,44
1865-1869	39	39,80	497186	33,33	0	0,00	0	0,00	6	6,12	11400	0,76	28	28,57	867738	58,17
1870-1874	33	50,77	364665	59,85	0	0,00	0	0,00	11	16,92	66457	10,91	15	23,08	142220	23,34
1875-1879	68	50,37	2044669	77,22	0	0,00	0	0,00	28	20,74	102414	3,87	30	22,22	302369	11,42
1880-1884	63	34,62	982667	30,86	0	0,00	0	0,00	60	32,97	690180	21,67	37	20,33	1007069	31,63
1885-1889	38	24,05	54943	25,96	13	8,23	326500	15,56	51	32,28	337415	16,08	29	18,35	438515	20,89
1890-1894	62	21,75	1154755	23,31	104	36,49	2208700	44,59	70	24,56	563817	11,38	29	10,18	232163	4,69
1895-1899	84	22,40	1741323	30,93	21	5,60	869500	15,44	127	33,87	1191027	21,15	87	23,20	1018525	18,09
1900-1904	68	25,56	1196686	25,89	29	10,90	1296791	28,05	86	32,33	1328042	28,73	43	16,17	428101	9,26
1905-1909	45	16,61	435528	9,20	70	25,83	3242750	68,49	100	36,90	597912	12,63	29	10,70	224703	4,75
1910-1914	48	13,37	539717	8,29	66	18,38	4429055	68,04	160	44,57	1000776	15,37	27	7,52	175278	2,69
1915-1919	50	11,57	445250	5,12	86	19,91	5471512	62,95	170	39,35	1609736	18,52	72	16,67	703108	8,09
1920-1924	2	5,56	8000	0,48	17	47,22	1264937	75,83	9	25,00	163000	9,77	3	8,33	15250	0,91
1925-1929	46	11,98	3164190	20,50	31	8,07	3323000	21,52	235	61,20	6618365	42,87	38	9,90	745996	4,83
1930-1934	11	5,67	348900	3,95	9	4,64	1663632	18,82	100	51,55	2679712	30,31	17	8,76	281000	3,18
1935-1939	2	5,71	85000	8,67	0	0,00	0	0,00	12	34,29	377600	38,50	5	14,29	265000	27,02
TOTAL	757	20,67	14582:649	19,12	446	12,18	24096377	31,59	1232	33,64	17373282	22,77	531	14,50	8295795	10,87

Grafico 01  
 Mercado Hipotecário de Juiz de Fora - Variação entre Número de Contratos e das  
 Taxas de Juros - 1853/1939



# Contra O Direito Divino

*Against The Divine Right*

**Marcos Antônio Lopes**

*Recebido em novembro de 2007 e aprovado em fevereiro de 2008*

## Resumo:

Neste artigo pretende-se analisar algumas idéias políticas do autor de *Candide*, particularmente aquelas relacionadas à imagem do príncipe, com o propósito de demonstrar a ruptura que representa o olhar voltairiano sobre a figura do rei e o espaço de sua atuação na esfera política. Pretende-se demonstrar que um conjunto significativo da obra literária desse autor esclarece mais sobre as questões relacionadas à história e à política que muitos dos textos que ele escreveu no espírito de historiador.

## Palavras-chav:

História e Literatura; Dessacralização da Política; Direito Divino dos Reis; Iluminismo.

## Abstract:

This paper analyzes some of the political ideas of the author of *Candide*, especially those related to the image of the Prince, trying to elucidate Voltaire's perspective on kings and their place in the political sphere. As I intend to show, an important part of Voltaire's literary works are more apt to enlighten us about his views on history and politics than many of the works he produced as historian.

## Keywords:

History and literature; Dessacralization of politics; Divine rights of kings; Enlightenment.

\* Doutor em História pela USP. Professor do Depto. de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina. Pesquisador do CNPq (Bolsista Produtividade em Pesquisa). É autor de *Antiguidades Modernas: História e Política em Antônio Vieira* (Edições Loyola, 2008), co-autor de *A peste das almas: histórias de fanatismo* (Editora FGV, 2006) e organizador das obras coletivas *Fernand Braudel: Tempo e História* (Editora FGV, 2008, segunda edição); *Idéias de História: Tradição e Inovação de Maquiavel a Herder* (Eduel, 2007) e *Grandes nomes da História Intelectual* (Contexto, 2003).

Um galinheiro é visivelmente o mais perfeito dos Estados monárquicos. Não há rei que se compare a um galo. Este, se marcha altivamente no meio do seu povo, não é por vaidade que o faz. Se o inimigo se aproxima, não dá ordem aos seus súditos para irem fazer-se matar por ele, em virtude da sua infalível ciência e onipotência; vai ele próprio, agrupa as suas galinhas atrás de si e combate até à morte. Se sai vencedor, é ele que canta o *Te Deum*. Na vida civil, ninguém há tão galante, tão honesto, tão desinteressado! Possui todas as virtudes. Que tenha no bico um grão de trigo ou um verme e logo o dará à primeira das súditas que se apresente. Enfim, Salomão no seu serralho não se aproxima sequer de um galo de capoeira.

Voltaire (Verbete “Leis”, *Dicionário Filosófico*).

Nos manuais de história das idéias políticas Voltaire aparece como figura apagada. E mesmo quando algum autor se recorda de incluí-lo em seu manual, ele geralmente é abordado a propósito do conceito de despotismo esclarecido. Essa figura de pouco relevo que ele faz nesses livros tem a sua razão de ser. Mas, é bom dizer que, no plano de um universo temático essencialmente político, as idéias de Voltaire vão muito além do despotismo esclarecido. Contudo, nada mais evidente do que isso: Voltaire não construiu um pensamento político, como sistema filosófico organicamente articulado, da forma como o fizeram, por exemplo, os seus contemporâneos Montesquieu e Rousseau. Aliás, ele se definiu como portador do espírito de anti-sistema, como um riacho de águas claras, largo mas sem profundidade. Essa metáfora natural é verdadeira, principalmente se analisarmos as suas idéias políticas. Além de recorrentes em praticamente todos os seus textos, elas nos remetem a várias direções. Ele foi de fato um “caos de idéias claras”, segundo a definição de Emile Faguet.<sup>1</sup> O panorama da anarquia de sistemas<sup>2</sup> do século XVII e das épocas anteriores o impressionava negativamente. A sua visão negativa do cipoal das filosofias devia-se à evidência de que cada uma se apresentava como a única expressão possível da verdade, rechaçando vigorosamente os sistemas rivais. Em um de seus numerosos contos filosóficos, mais precisamente na *História de Jenni ou o ateu e o sábio* ele alerta, por meio de um personagem: “Deus me livre de construir um sistema”. Roland Barthes afirmou que Voltaire era o próprio “sistema do não-sistema”.

Em sua obra ficcional, o que nos diz Voltaire acerca do poder dos reis? De forma inequívoca, à realeza luiscatorziana, ele dirige a

1 Cf. FAGUET, Emile. *La politique comparée de Montesquieu, Rousseau et Voltaire*. Paris: Société Française d’Imprimerie et Librairie, 1960.

2 A expressão é utilizada por STALLER, Leo. *What is Political Philosophy?* New York: Free Press, 1968.

sua mais cara predileção. É, sobretudo, bastante simpático a um regime político que possua energia criadora, capacidade de decisão e que, efetivamente, demonstre força. Entretanto, há paradoxos dignos de nota. Admirador de Luís XIV, a sua concepção da política não coincide, nem remotamente, com a do velho Rei, e com aquelas outras que vigoraram no *Grand Siècle*. De fato, na esfera central do poder, muita coisa havia mudado do reinado de Luís XIV para o de seu sucessor. A realeza perdera algo de seu *mistério*. O historiador Pierre Barrière notou a enorme disparidade entre a idéia que fizeram Luís XIV e seu herdeiro, no que concerne à dimensão da realeza na vida pública e privacidade Versalhes. Como escreveu Barrière, Luís XV, “Ao querer ser um homem antes que ser uma função, viver como homem particular, a autoridade falta, a desordem pode desenvolver-se livremente”.<sup>3</sup>

Comparado ao Patriarca de Versalhes, Luís XV foi um modelo bastante apagado de soberano. Voltaire bem o sabia. Não foi por acaso que Frederico II e Catarina II se tornaram os seus modelos preferidos de príncipes contemporâneos. A Frederico II chamou de “Salomão do Norte”, para caracterizá-lo como o rei mais sábio sobre a face da terra. É relevante notar uma guinada voltairiana quanto ao retrato que traça desse Rei-filósofo, após ter experimentado algumas decepções. Em carta à sua sobrinha, Madame Denis, escrita em Berlim e datada do dia 20 de dezembro de 1752, parece que ele relativiza a sua sempre positiva avaliação de Frederico. Aquele homem que lhe havia escrito tantas cartas impressionantes, e que ele havia reputado como filósofo, como um Marco Aurélio, acabou por se revelar um mentiroso e um traidor, além de um tirano. Na carta a Madame Denis, Voltaire revela o calvário de lágrimas em que se transformou a sua vida na corte de Potsdam. Em conflito aberto com o matemático Maupertuis, e com quase todas as grandes figuras da corte francesa de Frederico, ele escreveu um panfleto endiabrado, *Diatrise do Doutor Akakia, médico do papa*. O seu até então Salomão do Norte tomou partido contrário, manda queimar o seu texto e escreve contra Voltaire a *Carta de um acadêmico de Berlim a um acadêmico de Paris*. Sentindo-se como uma espécie de Platão — em meio aos seus percalços com Dionísio, o tirano de Siracusa — ele tenta afogar os ressentimentos contra um rei que lhe dizia “as coisas mais ternas”, mas que também escrevia brochuras contra ele, “*et quelles brochures!*”, espantava-se Voltaire.

3 BARRIÈRE, Pierre. *La vida intelectual en Francia desde el siglo XVI a la época contemporanea*. México: Uteha, 1963. p. 210.

Voltaire se referiu por mais de uma vez a Salomão, o monarca mais sábio da cultura judaico-cristã. Para ele, a sabedoria é uma virtude das mais elevadas, fundamental atributo para que um príncipe possa guiar o seu Estado. A sabedoria faz apagar o orgulho e realça todas as demais qualidades pessoais dos monarcas. Além do mais, trata-se de uma virtude cardeal porque é a sabedoria que estabelece a justiça, fortalecendo um ambiente de paz e segurança no reino. É ela, ainda, que demonstra aos reis como premiar de forma eficiente àqueles que têm mérito, fazendo-lhes ver que a punição não pode ser arrastada pelo vício da crueldade, mas que deve conservar um certo caráter pedagógico, ser fonte de ensinamento e de progresso. É essa a natureza de sua argumentação no conto *La Princesse de Babylone*:

Este era o mais justo, mais polido e mais sábio monarca do mundo. Foi ele quem, em primeiro lugar, lavrou um pequeno campo com as suas mãos imperiais, para tornar a agricultura respeitável ao seu povo. Foi quem primeiro instituiu prêmios para a virtude. As leis, por toda parte, aliás, restringiam-se vergonhosamente a punir os crimes. Esse imperador acabava de expulsar de seus Estados um bando de bonzos estrangeiros que tinham vindo dos confins do Ocidente, na insana esperança de forçar toda a China a pensar como eles, e que, sob pretexto de anunciar verdades, já tinham adquirido riquezas e honrarias.<sup>4</sup>

Humilhado na corte de Potsdam, e sem liberdade para ir embora, pois o rei, onipresente, alegava velar melhor por seus interesses na França do que ele mesmo, Voltaire então se propõe a escrever um “pequeno dicionário para uso dos reis”, no qual “meu amigo significa meu escravo. Meu caro amigo quer dizer você me é mais que indiferente. Entenda por ‘eu o tornarei feliz, eu o atormentarei tanto que eu terei necessidade de ti. Cear comigo esta noite significa eu zombarei de ti esta noite’”.<sup>5</sup> Como disse Gustave Lanson, “A personalidade do rei e do poeta se chocaram: são dois grandes homens suscetíveis, e que suportam mal a zombaria que adoram empregar”.<sup>6</sup> São as desventuras de um príncipe das letras numa corte na qual até a soberania do espírito era indivisível. Como bem lembra Paul Hazard, “Salomão, visto de perto, ocasionava algumas desilusões. (...) Era aí

4 VOLTAIRE, La Princesse de Baylone. In: —. *Romans et contes*. Paris: Librairie Générale Française, 1994. Paris: Librairie Générale Française, 1994. p. 584s.

5 Citado em LÉGAULT, André. & MICHAUD, Laurent, *XVIII Siècle. Les grands auteurs français*. p. 143.

6 LANSOON, Gustave. *Voltaire*. Paris: Bordas, 1956. p. 79.

que residia o erro; a filosofia julgava servir-se dos reis, e eram os reis que se serviam dela”.<sup>7</sup> Entretanto, é preciso recordar que Voltaire já havia, por essa época — ano de 1752 —, travado querelas inúteis e desrespeitosas, feito investimentos considerados ilegais na Prússia, comprometendo a reputação do próprio Frederico. No entanto, a sua experiência de Potsdam não foi suficiente para livrá-lo da excessiva boa-fé em relação às intenções dos monarcas. Após a experiência de Potsdam, continuou amigo de Frederico II, além de correspondente e incondicional admirador de Catarina da Rússia. O historiador Guy Chaussinand-Nogaret considera que “Este espírito hipercrítico, impertinente (...) se mostrava de uma credulidade pueril desde que sua querida ‘Catau’ estivesse em questão”<sup>8</sup>.

Dessas passagens pode-se deduzir que era larga a experiência de Voltaire com as cabeças coroadas de seu tempo, e que elas lhe foram úteis para algumas matérias de reflexão, como as que serão expostas na seqüência.

Historiadores franceses contemporâneos, e não necessariamente os tradicionalistas e monarquistas da “escola capetiana” do século XX — como Jacques Bainville, Pierre Gaxotte e Henri Montaigu —, ao se reportarem ao rito da sagração, dirigem-se a esse tema como um dos mais respeitáveis da realeza sagrada.<sup>9</sup> Para Marianne Valensise, a sagração era o paradoxo da realeza, a união mística do povo e de seu rei que o rito precisamente celebrava como um casamento a cada novo advento.<sup>10</sup> Para Montaigu, a singularidade da sagração de Reims, diferente e superior a todas as outras sagrações é que, tudo passando pelo crivo da igreja e a transmissão apostólica, e solidamente apoiada sobre as referências escriturárias precisas da unção de Davi por Samuel, emanando diretamente de Deus por uma investidura miraculosa que não se pode negligenciar sem falsear o sentido, tanto no que concerne ao rito quanto no que respeita ao futuro brilho da realeza francesa.

7 HAZARD, Paul. *O pensamento europeu no século XVIII*. Lisboa: Presença, 1989. p. 312.

8 CHAUSSINAND-NOGARET, Guy. *Voltaire et le Siècle des Lumières*. Paris: Editions Complexe, 1994. p. 52 e 96.

9 Cf. BILCHIE, François. *Louis XIV*. Paris: Éditions de Fallois, 1993. p. 20.

10 Cf. VALENSISE, Marine. Lesacreduroi: stratégies symbolique et doctrine politique de la monarchie française. In: *Annales ESC*. Paris: n.º. 03, 1986. p. 544.

Porque é em verdade a realeza de Cristo que é de início afirmada pela sagração.<sup>11</sup>

A sagração renovava a benção divina ao reino, constituindo-se num conjunto de símbolos religiosos. Essa antiga cerimônia, que se apoiava em referências das Sagradas Escrituras, foi o rito superior do Estado monárquico francês.<sup>12</sup> Observa-se, nesses estudos mais recentes sobre a realeza do *Ancien Régime*, um esforço em compreender o fenômeno histórico em seus aspectos culturais de época. De fato, a mística política está mais exposta ao perigo de perder seu poder de encantamento ou esvaziar-se de sentido quando se a subtrai de sua moldura natural, de seu tempo e de seu espaço.<sup>13</sup> É o que fez Voltaire. Ele esvaziou o mito de todo o seu simbolismo, ao impor-lhe a “fria e inquisitiva” razão iluminista. A pomba branca, que simbolizava o Espírito Santo no batismo de Clóvis, foi caracterizada como uma ave qualquer. A Santa Âmbulae foi compreendida como uma garrafa vulgar. Em seu verbete “História”, do *Dicionário Filosófico*, ele demonstra a sua tendência para operar por “subtrações” em suas análises históricas ao considerar que:

Entre nós, (...) um estandarte é trazido do céu por um anjo aos monges de St. Denis; um pombo traz uma garrafa de óleo para a igreja de Reims; dois exércitos de serpentes combatem na Alemanha; um arcebispo de Mayence é sitiado e comido por ratos, e, para o cúmulo, tem-se até o cuidado de assinalar o ano dessas aventuras. O abade Lenglet compila tais impertinências; os almanaques as repetem cem vezes e é assim que se instrui a juventude e os próprios príncipes.<sup>14</sup>

Em seu esforço intelectual para humanizar a figura do príncipe, Voltaire lançou mão de exemplos de uma ironia seca, e não vem ao

- 11 Cf. MONTEAIGU, Henry. *La couronne de feu: introduction à la lecture symbolique de l'Histoire de France*. Paris: Dervy-Livres, 1987. p. 172. Um antigo mas ainda importante estudo sobre a natureza da unção, a sua importância no ritual, bem como na afirmação e reconhecimento do poder dos reis na França e Inglaterra de fins da Idade Média e início da Época Moderna pode ser encontrado em FERRIS, John Neville. *El derecho divino de los reyes*. México: FCE, 1942.
- 12 Cf. MATHIEU, Sarah Hanley. L'idéologie constitutionnelle en France: le Lit de Justice. In: *Annales ESC*, n° 01, 1982.; MATHIEU, Sarah Hanley. *Le lit de justice des rois de France*. Paris: PUF, 1991. GIBERT, Ralph. In: *Annales ESC*. Paris: n° 03, 1986; e GIBERT, Ralph. *Le roi ne meurt jamais*. Paris: Arthaud-Flammarion, 1987.
- 13 Cf. KANTOROWICZ, Ernst. *Los dos cuerpos del rey. Un estudio de teología política medieval*. Madrid: Alianza Editorial, 1985. p. 15.
- 14 VOLTAIRE. *Dicionário filosófico*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Col. Os pensadores). p. 205.

caso saber se o retrato pintado é verdadeiro ou falso. O que importa é que esses argumentos são as suas ferramentas, utilizadas para cavar a vala comum das lendas e dos mitos que só embaçavam as luzes da razão. Em suas “Nouvelles considérations sur l’Histoire” ele fez questão de anotar que “Todas estas pequenas miniaturas se conservam uma geração ou duas, e perecem em seguida, para sempre”.<sup>15</sup> Como enfatiza Paul Hazard, Voltaire manejava a ironia “... de tal maneira que ninguém o igualava, ninguém talvez o igualará jamais”.<sup>16</sup> E como são criaturas vulneráveis os reis voltairianos! Os reis têm as suas diarreias, e também não estão livres das prisões de ventre. Na segunda metade do século XVII, Bossuet havia condenado como sacrílego o padre Richard Simon, da ordem dos oratorianos, por ter abordado as Sagradas Escrituras como simples gramática, ao aplicar-lhes um método filológico de interpretação. E o que diria de alguém que transforma deuses em mortais pobres e comuns?

No conto *Les oreilles du comte de Chesterfield et le chapelain Goudman*, Voltaire põe à mostra toda a miserável humanidade dos reis, o que demonstra um dos mais importantes pontos de ruptura com a tradição de uma realeza sagrada. O esforço Voltaire em dessacralizar a política pode ser acompanhado em quase tudo aquilo que ele disse nessa área. De fato, nas *Cartas de Amabed* revela-se todo seu inconformismo em relação às ingerências do poder espiritual sobre o poder dos príncipes seculares, ingerências responsáveis por transformar a política num universo confuso de crendices:

Em 1510 o Papa Júlio II excomungou o rei de França, Luís XII, e interditou o reino de França, oferecendo-o ao primeiro que dele quisesse se apoderar, excomunhão e interdição estas que foram reiteradas em 1512. Custa a acreditar hoje em tal excesso de insolência e ridículo. Mas, desde Gregório VII, não houve quase nenhum bispo de Roma que não fizesse ou não quisesse fazer e desfazer soberanos, a seu bel-prazer. Os soberanos mereciam todo esse infame tratamento, pois haviam sido bastantes imbecis para fortalecerem, eles próprios, em seus súditos, a convicção da infalibilidade do papa e do seu poder sobre todas as Igrejas. Eles mesmos é que forjavam as próprias correntes, tão difíceis de quebrar. O governo era por toda a parte um caos formado pela superstição. Só muito tarde penetrou a razão nos povos do Ocidente; curou algumas feridas que fizera essa superstição, inimigo do gênero humano; mas ainda restam profundas cicatrizes.<sup>17</sup>

15 VOLTARE. Nouvelles considérations sur l’Histoire. In: René PÉCHEUX (Org.), *Oeuvres historiques*. Paris: Gallimard, 1957. p. 47.

16 HAZARD, Paul. *Crise da consciência européia*. Lisboa: Cosmos, 1974. p. 381.

17 VOLTARE. Les Lettres d’Amabed. In: ——. *Romans et contes*. Op. cit., p. 721s.

Sobre o tema da subordinação do secular ao temporal Voltaire não teoriza; apenas disserta, em rápidas penadas, utilizando como recurso os exemplos mais hilariantes, quase todos tomados de empréstimo à cultura judaico-cristã. É na nova filosofia de seu tempo que ele vai encontrar os elementos responsáveis por promover esse necessário divórcio entre a religião e a política. Será a razão o expediente principal para desatar esse nó incômodo que, por tanto tempo, tem apertado a viseira nos olhos daqueles que querem mas não podem distinguir uma imagem mais real do mundo? E Voltaire responde no *Homem dos quarenta escudos*: “Presume-se que a Razão tem um segredo infalível para desembaraçar os cordões de uma coroa que se enredaram, não sei como, aos de uma tiara, e para impedir que as haca néias façam reverência às mulas!”<sup>18</sup>

Ao desconjurar o direito divino dos reis, Voltaire realiza uma importante obra de dessacralização da realeza, que certamente exercerá bastante influência no século XVIII, e inclusive depois disso, porque ele é um autor lido com algum entusiasmo ao longo dos séculos XIX, conforme demonstra a obra clássica de Lanson no capítulo “L’influence de Voltaire”.<sup>19</sup> Tanto nos contos filosóficos como nas obras históricas, o rei de Voltaire é um homem comum. O que o diferencia dos demais indivíduos são suas responsabilidades para com o Estado e seu povo. É curioso notar a distância infinita que se interpõe entre a concepção de Bossuet e de Voltaire no tocante a esta matéria; distância tanto mais surpreendente porque no curso de boa parte da longa vida de Voltaire o mais comum era pensar como Bossuet, do contrário não faria sentido ele escrever com tanto empenho contra o ilustre cortesão de Luís XIV.<sup>20</sup>

O rei voltairiano é um homem e não o ser sobrenatural dos livros de História e de pensamento político escritos na França nos séculos XVII e XVIII. Aliás, a idéia dos dois corpos do rei, implícita na máxima de que “*le roi ne meurt jamais*”, dos escritores realistas, é algo bem fraco em Voltaire. Isso porque ele não faz questão da hereditariedade como elemento que ajudará a definir um legítimo e bom

18 VOLTAIRE. L’Homme aux quarente écus. In: ——. *Romans et contes*. Op. cit., p. 671.

19 Cf. LANSON, Gustave. *Voltaire*. Paris: Hachette, 1960.

20 Cf. FERRIER-CARRIVIÈRE, Nicole. *Le Grand Roi à l’aube des lumières (1715-1751)*. Paris: PUF, 1985. Veja também: FERRIER-CARRIVIÈRE, Nicole. *L’image de Louis XIV dans la littérature française de 1660 à 1715*. Paris: PUF, 1981.

governo. A legitimidade está bem mais na capacidade de promover o bem público do que num berço dourado. No que tange à forma de governo, ele propõe um absolutismo temperado, envolvido pela monarquia inteiramente secularizada; aliás, ele sempre será simpático à monarquia, em quase todas as suas manifestações históricas. A esse propósito, ele lembra o reino da Polônia, Estado que conservou a *dignité royale*, mas onde cada aristocrata tem o direito de voz na eleição de um rei e mesmo de poder ser rei.<sup>21</sup> A realeza na Polônia é vista com simpatia basicamente porque onde uma monarquia não é hereditária, os súditos têm mais liberdade. Em tais regimes, o rei deve ser afável, para conservar o poder. Num monarquia hereditária a afabilidade faria dele algo mais: um príncipe amado. A forma monárquica, em quase todos os figurinos, está de acordo com as suas idéias acerca da tolerância, palavra veneranda em seu vocabulário político. E nesse ponto ele compartilha do gosto de seu século: “Preferia, bem vistas as coisas”, escreveu Paul Hazard, “uma monarquia, pois era pouco provável uma série constante de maus reis e um único rei bom bastava para reparar o mal que os seus predecessores tivessem feito”.<sup>22</sup>

Mas Voltaire chega a zombar do princípio da hereditariedade. No *Ancien Régime*, havia a crença de que o vigor de uma linhagem era transmitido pelo rei a seu filho e sucessor, às vésperas de sua morte. De fato, ele não faz nenhuma referência a essa questão, mas parece muito provável ter Voltaire tencionado estabelecer mais um de seus diálogos semi-velados com outro elemento que ajudava a compor aquelas famosas “enciclopédias do fantástico” dos tempos mais obscuros da história. Numa curiosa e sugestiva passagem de *O touro branco*, ele irá alfinetar uma outra vez a Luís XIII, abordando um assunto sobre o qual a história da Europa estava repleta de exemplos, incluindo a história da França, na primeira metade do século XVII, na época de Richelieu, período de angústias coletivas devido à longa “esterilidade” do soberano.<sup>23</sup> Conta Voltaire que

21 Cf. VOLTAIRE. Histoire de Charles XII roi de Suède. In: René POMFAL (Org.), *Oeuvres historiques*. Op. cit., p. 94.

22 HAZARD, Paul. *Crise da consciência européia*. Op. cit., p. 174.

23 No que diz respeito ao tema da aparição “maravilhosa” de Luís XIV consulte-se ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981; ARIÈS, Philippe. *O tempo da História*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989; LESSEUR, Daniel. *Louis XIV prend le pouvoir. Naissance d'un mythe?* Paris: Complexe, 1989; e MYTTE, Jean. *La naissance de Louis XIV*. Paris: Éditions Complexe, 1989.

Há vinte e cinco mil anos, o Rei Gnaof e a Rainha Patra ocupavam o trono de Tebas das cem portas. O Rei Gnaof era muito belo, e a Rainha Patra ainda mais bela; mas não podiam ter filhos. O Rei Gnaof instituiu um prêmio para quem indicasse o melhor método de perpetuar a raça real. A Faculdade de Medicina e a Academia de Cirurgia fizeram excelentes tratadossobreesaimportantequestão: nenhum vingou. Mandaram a rainha banhar-se; ela rezou novenas; deu muito dinheiro ao templo de Júpiter Amon, de onde vem o sal amoníaco: tudo inútil. Afinal apresentou-se ao rei um jovem sacerdote de vinte e cinco anos, que lhe disse: -Sire, creio que sei fazer o exorcismo necessário para o que Vossa Majestade deseja com tanto ardor. É preciso que eu fale em segredo ao ouvido da senhora vossa esposa; e, se ela não se tornar fecunda, consinto em ser enforcado. -Aceito a vossa proposta - disse o Rei Gnaof. A rainha e o sacerdote ficaram juntos apenas durante um quarto de hora. A rainha ficou grávida, e o rei quis mandar enforcar o sacerdote.<sup>24</sup>

Se um rei é um grande homem e realiza um bom governo, também não haverá mal em ser ele um usurpador. Mas, é preciso se fazer amado, muito antes que ser temido pela violência ou qualquer outro expediente, pois a “... principal demência (dos reis) se manifesta na fúria de derramar o sangue de seus irmãos e devastar terras férteis, para reinarem sobre cemitérios”, diz Voltaire no conto *A Princesa da Babilônia*. Nesse sentido, pode-se conjecturar que o seu príncipe perfeito aproxima-se do ideal maquiaveliano, no qual, o que conta é o conjunto dos valores concentrados numa personalidade excepcional. Como feito, no conto *A Princesa da Babilônia*, ele expressa a sua admiração pelo rei que deve a sua coroa apenas a si próprio, o príncipe que não faz estardalhaço de sua condição, e que se apresenta como um simples particular. Aqui, pode-se notar uma alusão a Pedro o Grande, que, sendo imperador de todas as Rússias, se tornou carpinteiro e soldado raso, entre outros ofícios tidos como pouco dignificantes, para ensinar a seu povo que um grande rei deve eleger a humildade como virtude, para consumir o desenvolvimento e a prosperidade de seu povo:

- Mas será possível que o maior dos homens, e talvez o mais amável, seja filho de um pastor? A dama de honra, metendo-se na conversa, disse que muitas vezes essa palavra “pastor” era aplicada aos reis; que os chamavam de pastores, porque eles tosquiavam seu rebanho; que fora certamente um

duvidoso gracejo do seu valete; que aquele jovem herói viera tão mal acompanhado apenas para mostrar o quanto o seu mérito estava acima do fausto dos reis, e para não dever Formosante senão a si mesmo.<sup>25</sup>

Sobre esse tema, é interessante consultar também o Voltaire historiador, ou melhor, a sua obra histórica. No *Século de Luís XIV* o autor vai exaltar as virtudes principescas dos Médicis, família de simples cidadãos, e não de príncipes hereditários, que fizeram por sua cidade — com reflexos positivos sobre a posteridade em muitas outras terras — o que era devido aos reis da Europa.<sup>26</sup> Talvez a melhor figura do príncipe usurpador legitimado por seu mérito, e, portanto, “digno de reinar”, seja a de Oliver Cromwell, também um simples cidadão, que subjuguou três países, e ainda teve a audácia de se apresentar como seu protetor, junto com o talento de se fazer reconhecido como tal: “... o Evangelho numa mão, a espada na outra, a máscara da religião sobre o rosto, e que, em seu governo, preencheu com as qualidades de um grande rei os seus crimes de usurpador”.<sup>27</sup> Mazarino será a contrapartida de Cromwell, a figura execranda de um príncipe italiano em trono francês, que se apoderou do governo para enriquecer, a ponto de poder emprestar dinheiro ao rei, que ele pilhava.<sup>28</sup>

Já o conto intitulado *Os ovidos do conde de Chesterfield e o capelão Goudman*, o autor narra um diálogo entre três sábios filósofos — Goudman, Grou e Sidrac —, versando sobre um tema capital: qual seria o primeiro objeto de desejo de todas as ações humanas. Observando que “todos os negócios deste mundo dependem da opinião e da vontade de uma principal personagem” — normalmente o rei —, o médico e filósofo Sidrac, desenvolvendo cuidadosa e erudita argumentação, acabou por concluir, para espanto de seus interlocutores, que não havia como deixar de considerar a privada como o “móvel mais importante”. Para provar essa cristalina verdade ele comete a seguinte seqüência de hábeis raciocínios:

A prisão de ventre tem produzido às vezes as mais sanguinolentas cenas. Meu avô, que morreu centenário, era boticário de Cromwell; contou-me muitas vezes que fazia oito dias que Cromwell não ia à privada quando

25 VOLTAIRE. La Princesse de Baylone. In: ——. *Romans et contes*. Op. cit., p. 566.

26 Cf. VOLTAIRE. Le siècle de Louis XIV. In: René POMEAL (Org.), *Oeuvres historiques*. Op. cit., p. 616.

27 VOLTAIRE. Le siècle de Louis XIV. In: René POMEAL (Org.), *Oeuvres historiques*. Op. cit., p. 626.

28 Cf. VOLTAIRE. Le siècle de Louis XIV. In: René POMEAL (Org.), *Oeuvres historiques*. Op. cit., p. 685.

mandou degolar o seu rei. Todas as pessoas um pouco a par dos negócios do continente sabem que o Duque de Guise foi várias vezes avisado de que não incomodasse a Henrique III no inverno, enquanto estivesse soprando o nordeste. Em tal época, era com extrema dificuldade que o referido monarca satisfazia as suas necessidades naturais. Suas matérias lhe subiam à cabeça; era capaz, então, de todas as violências. O Duque de Guise não levou a sério tão avisado conselho. Que lhe aconteceu? Seu irmão e ele foram assassinados. Carlos IX, seu predecessor, era o homem mais entupido do reino. Tão obstruídos estavam os condutos de seu cólon e de seu reto, que por fim o sangue lhe jorrou pelos poros. Bem se sabe que esse temperamento ardente foi uma das causas da matança de São Bartolomeu.<sup>29</sup>

Uma semelhante abordagem da realeza seria impensável entre os escritores políticos franceses do século anterior. Mas Voltaire, apesar de sua visada original sobre os príncipes, seguiu *pari passu* com esses, quando se trata de julgar os príncipes que passaram a vida a fazer o mal. As duas maiores novidades voltairianas derivam do fato de que não há um Deus de vingança para atirar o mau rei nas chamas do inferno, e que o príncipe escapa da escala de uma vulgar humanidade, apenas por seu cerimonial. De fato, não há nenhum resquício do simbolismo místico ou da crença na natureza híbrida do príncipe. Entretanto, os vícios do monarca são igualmente pagos com os mais terríveis suplícios.

Como no *Henrique V* de Shakespeare, os homens comuns têm livre arbítrio para agir no bem ou no mal, estando o rei isento — diante de Deus — de quaisquer responsabilidades sobre os possíveis deméritos de suas vidas de crimes. Quando os súditos agem por uma causa do soberano nada expiarão, desde que sua causa seja justa. Mas, se esses homens enveredarem pelo pecado para servir ao monarca extraviado, este expiará uma enorme culpa; porque na morte ele se torna homem, estando sujeito a todas as penas imputadas a simples particulares. E, talvez, muito mais ainda, posto que a sua posição elevada poderá criarlhe embaraços muito maiores. O príncipe injusto, cruel, celerado e desumano começará a pagar suas penas pelos sofrimentos que impingiu durante seu governo ao seu povo e a outras nações, ao ser corroído pelo ácido de um atroz arrependimento. Mas, não se trata, nem remotamente, da culpa cristã dos reis, tão amplamente discutida por Bossuet em sua *Politique tirée des propres paroles de l'Écriture Sainte*. Como escreveu Voltaire na *História de Jenni ou o ateu e o sábio*,

29 V. I. A. K. Les oreilles du comte de Chesterfield et le chapelain Goudman. In: ——. *Romans et contes*. Op. cit., p. 809.

Vede como o nosso mau Ricardo III morre em Shakespeare; como os espectros de todos aqueles que ele matou vêm aterrorizar sua imaginação. Vede como expira Carlos IX da França, após São Bartolomeu. Por mais que lhe diga o capelão que ele fez bem, seu crime o dilacera, seu sangue jorra-lhe pelos poros, e todo o sangue que fez correr brada contra ele. Acredite-me: de todos esses monstros, não há nenhum que não tenha vivido nos tormentos do remorso e que não tenha acabado no desespero.<sup>30</sup>

Se uma existência manchada por crimes tem sempre como resposta o suplício do remorso, não há por que fazer disso uma regra. O destino reserva surpresas diferentes, e há príncipes que expiam na ponta de uma espada o terror que fizeram espalhar pelo mundo. O fim trágico de um príncipe que viveu num mundo em que “... reinava então a Política, que tinha como ministros suas duas irmãs, a Velhacaria e a Avareza” é ilustrado com a morte violenta de um “... magnânimo insensato (que) saiu de nosso país devastado para ir devastar o seu e para deixar-se mimosear com vinte e três punhaladas por vinte e três outros ilustres furiosos que estavam longe de emparelhar com ele”.<sup>31</sup> A imagem de César assemelha-se à do que representa o paradigma da insensatez, Carlos XII, o fuzileiro da Suécia, “moité Alexandre, moité Don Quichotte” que, apesar de ter sido durante algum tempo astro luminoso no teatro das operações militares, sacrificou sua vida preciosa sitiando cidades e cavando trincheiras. E o autor aproveita para deixar suas lições contra a guerra. Ao conquistador estão reservadas as piores desditas. Carlos XII é o modelo entre os monarcas que se celebrizaram nas conquistas e nos grandes feitos. É por isso que Voltaire vai dizer que esse rei foi o paradigma da insensatez. Na *História de Carlos XII* ele escreveu:

Mas não nos determinamos a apresentar esta vida somente pela satisfação de narrar fatos extraordinários; pensamos que esta leitura poderá ser útil a algum príncipe, se o livro lhe cair por acaso nas mãos. Com efeito, não há soberano que, lendo a história de Carlos XII, não fique logo curado da loucura de conquistas. Pois, onde está o príncipe capaz de dizer: tenho mais coragem e virtudes, uma alma mais forte, um corpo mais robusto; entendo melhor da guerra, possuo melhores tropas que Carlos XII? Se, apesar de todas essas vantagens e de tantas vitórias, esse rei foi tão infeliz, que poderão esperar outros com as mesmas ambições, mas com menos talentos e recursos?<sup>32</sup>

30 VOLTAIRE. Histoire de Jenni ou le Sage et l’Athée. In: ——. *Romans et contes*. Op. cit., p. 867.

31 VOLTAIRE. Éloge historique de la raison. In: ——. *Romans et contes*. Op. cit., p. 774.

32 VOLTAIRE. Histoire de Charles XII roi de Suède. In: René POMFAL (Org.), *Oeuvres historiques*. Op. cit., p. 55.

Dando vazão à sua índole pragmática, não seria por acaso que, em seus livros de História, Voltaire escolheu, em esmagadora maioria, temas que se referissem à história mais próxima de sua atualidade. O *Ensaio sobre os costumes*, de maior profundidade cronológica, surge como uma exceção entre os seus numerosos textos históricos, mas acabará por tocar nas primeiras décadas do século XVII. Seus outros dois grandes livros versam o século XVII e o início do XVIII. Talvez, Voltaire já estivesse aplicando uma recomendação que colocaria no papel numa passagem do conto *Jeannot et Colin* — publicado em 1764 —, ao afirmar que “Só é agradável e útil a história do dia. Todas as histórias antigas, como dizia um de nossos talentos, são apenas fábulas admitidas; e, quanto às modernas, são um verdadeiro caos que não se pode destringer. Que importa ao senhor seu filho que Carlos Magno haja instituído os doze pares de França e que o seu sucessor fosse gago?”.<sup>33</sup>

Neste texto, analisei a confluência das idéias políticas anti-sistêmicas de Voltaire com o seu pensamento histórico, em uma parte específica de sua obra: os romances e contos filosóficos. O propósito foi o de centrar a análise no pensamento dessacralizante do autor, demonstrando alguns dos elementos que ele utilizou para atacar a concepção da realeza sagrada. Avaliei como Voltaire tencionou reduzir a figura de rei cristianíssimo dos franceses do Antigo Regime à condição de um ser comum, redimensionando-o aos parâmetros da escala miúda da humanidade. Pretendi demonstrar, também, que em seus romances e contos, Voltaire perseguiu objetivos muito semelhantes aos de suas obras históricas quando o tema é a realeza e o universo de sua ação. Se há alterações temáticas e discursivas de um conjunto de textos para outro, estas não são tão consideráveis, a ponto de esvaziar o sentido de uma tentativa de análise comparada da imagem do príncipe. Tratam-se, a meu ver, de *cirurgias* estéticas, empreendidas pelo autor talvez com a finalidade de melhor perseguir um de seus imperativos literários — não entediado — que ele mesmo se impôs como regra, como historiador e como escritor. Nesse sentido, creio ter demonstrado que, nos romances e contos, quando se trata de discursar sobre a realeza — para apregoar-lhe um novo catálogo de virtudes que faça encolher os seus contornos místicos — o Voltaire ficcionista ganha mais do que perde, em sua ênfase de conselheiro dos príncipes.

33 VOLTAIRE. Jeannot et Colin. In: ——. *Romans et contes*. Op. cit., p. 423.